

EXERCÍCIO  
2021

# CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

• • • •

VALE DE  
SÃO DOMINGOS

Processo: 412082/2021

Conselheiro  
**Valter Albano**  
Relator

tce  
mt





## Sumário

1.	Peças de Planejamento .....	9
2.	Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2018 a 2021 .....	11
2.1.	Desempenho Fiscal .....	11
2.1.1.	Receitas Orçamentárias .....	11
2.1.1.1.	Receitas Correntes: .....	13
2.1.1.2.	Receita Tributária Própria: .....	16
2.1.1.3.	Transferências Correntes: .....	17
2.1.1.3.1.	Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, Repasse do SUS e FETHAB em relação a Receita Corrente .....	18
2.1.1.4.	Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI. ....	19
2.1.1.4.1.	Principais Tributos <i>per capita</i> : ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI. ....	21
2.1.1.5.	Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos .....	23
2.1.1.6.	Dívida Ativa .....	24
2.1.2.	Despesas Orçamentárias: .....	25
2.1.2.1.	Despesas Correntes: .....	29
2.1.2.1.1.	Investimentos .....	32
3.	Resultados da Execução Orçamentária: .....	34
4.	Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial): .....	36
5.	Dívida Pública: .....	37
5.1.	Dívida Fundada <i>per capita</i> .....	39
6.	Limites Constitucionais e legais: .....	40
6.1.	Educação .....	40
6.1.1.	Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.) .....	40
6.1.2.	Contribuição e Receitas na Educação Básica .....	43
6.1.3.	Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação: .....	43
6.2.	Saúde: .....	45
6.3.	Gasto com Pessoal: .....	47
6.3.1.	Despesa com Pessoal do Poder Executivo .....	47
6.3.2.	Despesa com Pessoal do Município .....	49
6.4.	Repasse ao Poder Legislativo: .....	51





6.5.	Síntese da Observância dos Principais Limites .....	52
7.	Aspectos Previdenciários .....	53
7.1.	Resultado de Execução Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS .....	53
7.2.	Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados .....	54
7.3.	Resultado Financeiro .....	55
8.	Indicadores .....	56
8.1.	Carga Tributária <i>per capita</i> .....	56
8.2.	Investimento <i>per capita</i> .....	58
8.3.	Indicador de Poupança Corrente .....	59
8.4.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED .....	61
9.	COVID-19 .....	63
9.1.	Receitas e Despesas – Covid-19 .....	63
9.2.	Receita Arrecadada x Despesa Realizada – Covid-19 .....	65
10.	Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo .....	66
11.	Parecer do Ministério Público de Contas .....	Erro! Indicador não definido.
12.	Alegações Finais .....	Erro! Indicador não definido.





## Sumário de Quadros

Quadro 1 - Características do município.....	8
Quadro 2 - Peças de Planejamento .....	9
Quadro 3 - Distribuição Orçamentária por Unidade.....	10
Quadro 4 - Demonstrativo das Alterações do Orçamento .....	10
Quadro 5 - Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento.....	11
Quadro 6 – Evolução da Receita Estimada – 2017 a 2020 – Atualizada pelo IPCA.....	11
Quadro 7 - Receita Arrecadada - 2018 a 2021 - Atualizada pelo IPCA.....	12
Quadro 8 - Receita Tributária Própria – 2018 a 2021 - Atualizada pelo IPCA.....	16
Quadro 9 - Resultados de Gestão - Receitas 2019 a 2021 - Vale de São Domingos - (R\$ Milhares) - Atualizado pelo IPCA.....	23
Quadro 10 - Saldo da Dívida Ativa - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	25
Quadro 11 - Despesa Orçamentária por Função.....	26
Quadro 12 - Despesas Orçamentárias por Natureza - 2018 a 2021 .....	27
Quadro 13 -Despesas Orçamentárias por Natureza - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA .....	28
Quadro 14 - Despesas 2018 a 2021 - Vale de São Domingos – Atualizada pelo IPCA.....	32
Quadro 15 - Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA.....	33
Quadro 16 - Despesas Liquidadas com Investimento .....	34
Quadro 17 - Comparativo entre Orçado e Executado - R\$ (excluídas as intraorçamentárias) .....	34
Quadro 18 - Resultado Orçamentário .....	35
Quadro 19 - Histórico da Execução Orçamentária - R\$ - Atualizada pelo IPCA .....	35
Quadro 20 - Resultado Financeiro .....	37
Quadro 21 - Dívida Pública .....	38
Quadro 22 - Saldo da Dívida Pública - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA .....	38
Quadro 23 - Receitas com Percentual Vinculado à Educação .....	41
Quadro 24 - Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino .....	41
Quadro 25 - Aplicação na Educação (art. 212 CF) - 2018 a 2021.....	42
Quadro 26 - Contribuição e Receitas do FUNDEB.....	43
Quadro 27 - Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério .....	44
Quadro 28 - Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) - 2018 a 2021.....	44
Quadro 29 - Receitas com Percentual Vinculado à Saúde.....	45
Quadro 30 - Despesas Realizadas com a Saúde - R\$ .....	46
Quadro 31 - Gastos com Saúde (%) - 2018 a 2021.....	46
Quadro 32 - Base de Cálculo: Pessoal - RCL.....	48





Quadro 33 - Despesa com Pessoal - Consolidado .....	49
Quadro 34 - Despesa com Pessoal do Município (%) .....	50
Quadro 35 - Histórico de Despesa com Pessoal (%) - 2018 a 2021 .....	50
Quadro 36 - Repasse para o Legislativo - Art.29-A, CF/88 .....	52
Quadro 37 - Repasse para o Legislativo (%) - 2018 a 2021 .....	52
Quadro 38 - Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados .....	53
Quadro 39 - Resultado da Execução Orçamentária – RPPS – Atualizado pelo IPCA .....	54
Quadro 40 - Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente .....	60
Quadro 41 - Indicador de Poupança Corrente .....	61
Quadro 42 - Flutuação do Emprego Formal - 2018 a 2021 .....	61
Quadro 43 - Flutuação do Emprego Formal com Ajustes - 2021 .....	62
Quadro 44 - Ocupações com os Maiores e Menores Saldos - 2021 .....	62
Quadro 45 - Salário Médio de Admissão - 2021 .....	63
Quadro 46 - Receita Arrecadada Covid - 2021 .....	64
Quadro 47 – Despesas Empenhada x Liquidada x Paga - Covid-19 - 2021 .....	65
Quadro 48 - Resultado Orçamentário Covid19 - 2021 .....	66





## Sumário de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição Orçamentária .....	10
Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA .....	11
Gráfico 3 - Composição da Receita Arrecadada - 2021 .....	13
Gráfico 4 - Histórico das Receitas Correntes - 2018 a 2021 (R\$ Milhões) – Atualizada pelo IPCA .....	14
Gráfico 5 - Crescimento das Receitas Correntes - 2018/2021 – Atualizada pelo IPCA .....	14
Gráfico 6 - Receita Corrente <i>per capita</i> - 2021 (R\$) .....	15
Gráfico 7 - Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA .....	15
Gráfico 8 - Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA .....	17
Gráfico 9 - Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes - 2018 a 2021 .....	18
Gráfico 10 - Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS, do Repasse do SUS e do FETHAB / Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA .....	19
Gráfico 11 - Variação dos Principais Tributos - 2019/2021 – Atualizado pelo IPCA .....	20
Gráfico 12 - Evolução dos Principais Tributos - Município - 2019 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	21
Gráfico 13 - ISSQN <i>per capita</i> - 2019 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	21
Gráfico 14 - IPTU <i>per capita</i> - 2019 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	22
Gráfico 15 - ITBI <i>per capita</i> - 2019 a 2021 - Atualizado pelo IPCA.....	22
Gráfico 16 - Taxas <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	23
Gráfico 17 - Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA .....	25
Gráfico 18 - Evolução das Despesas Realizadas - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	27
Gráfico 19 - Despesas Realizadas por Natureza - 2021.....	28
Gráfico 20 - Histórico das Despesas .....	29
Gráfico 21 - Evolução das Despesas Correntes - Município - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	30
Gráfico 22 - Evolução das Despesas Correntes <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	30
Gráfico 23 - Despesas Correntes <i>per capita</i> x Carga Tributária <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	31
Gráfico 24 - Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA .....	32
Gráfico 25 - Despesa de investimento x Despesa Total .....	33
Gráfico 26 - Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA .....	36
Gráfico 27 - Quociente da Situação Financeira - Município - 2018 a 2021 .....	37
Gráfico 28 -Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA .....	39
Gráfico 29 - Indicador de Dívida Fundada <i>per capita</i> em Reais - Município - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	39





Gráfico 30 - Relação Dívida Fundada / Receita Corrente – Atualizada pelo IPCA .....	40
Gráfico 31 - % Aplicado na Educação.....	42
Gráfico 32 - Investimentos em Educação por Aluno - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	43
Gráfico 33 - % Aplicado na Remuneração do Magistério .....	44
Gráfico 34 - % Aplicado na Saúde .....	46
Gráfico 35 - Despesa com Saúde <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA.....	47
Gráfico 36 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo .....	49
Gráfico 37 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município .....	51
Gráfico 38 - Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA.....	51
Gráfico 39 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas – Atualizado pelo IPCA .....	55
Gráfico 40 - Índice de Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas .....	56
Gráfico 41 - Indicador de Carga Tributária <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA .....	57
Gráfico 42 - Despesa com Investimento <i>per capita</i> - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA.....	58
Gráfico 43 - % de Investimento por Receitas Correntes - 2018 a 2021 .....	59
Gráfico 44 - Despesas Covid-19 por Elemento - 2021 .....	65
Gráfico 45 - Percentual de Execução Orçamentária Covid19 – 2020/2021 .....	66



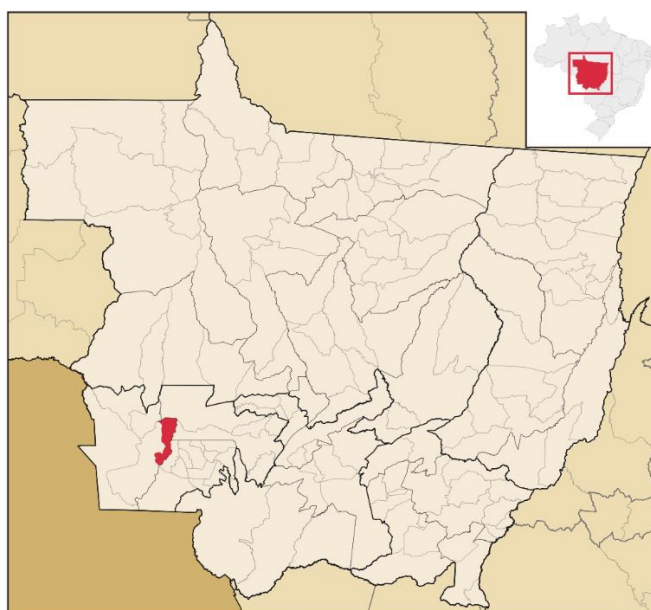


PROCESSO : 41.208-2/2021  
ASSUNTO : Contas Anuais – Exercício de 2021  
INTERESSADO : Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos  
RESPONSÁVEL : Geraldo Martins da Silva  
ADVOGADOS  
RELATOR : Conselheiro Valter Albano da Silva

### Relatório – Governo

1. Trata o processo das Contas Anuais de Governo do Município de **Vale de São Domingos**, referentes ao exercício de **2021**, gestão do senhor **Geraldo Martins da Silva**, submetido à análise deste Tribunal de Contas em razão da competência disposta nos §§ 1º e 2º, e *caput*, do art. 31 da Constituição da República, combinado com o inc. I do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas. Estas contas representam o desempenho dos Poderes Executivo e Legislativo.

#### **Localização geográfica do Município de Vale de São Domingos**





### Quadro 1 - Características do município

MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS		
Data de Criação		28/12/1999
Área geográfica		2001 km <sup>2</sup>
Distância da Capital		438 km
População – IBGE		3.124 Habitantes
PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2018 a 2020)		
Exercício	Responsável	Parecer
2018	Geraldo Martins da Silva	Parecer Prévio Favorável
2019	Geraldo Martins da Silva	Parecer Prévio Favorável
2020	Geraldo Martins da Silva	Parecer Prévio Favorável

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT(Contas Anuais)

2. As presentes contas foram apresentadas com os respectivos demonstrativos contábeis e encaminhadas pelo citado gestor e pelo contador do município, senhor **Luciano Balbino de Oliveira**, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC-MT sob o número 018594/O-7.

3. Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município ficou sob a responsabilidade da senhora **Maria Luisa Ferrari**, Controladora Interno municipal.

4. Com o intuito de realizar análise complementar, os resultados de Vale de São Domingos foram comparados com a média do grupo em que o município está inserido, de acordo com o IGFM-MT/TCE, ou seja, **Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes**. Os resultados foram também comparados com a média geral dos municípios do Estado de Mato Grosso.

5. A classificação de agrupamento populacional segue o seguinte critério:

- **Grupo 1 – municípios com até 5.000 habitantes**
- Grupo 2 - municípios entre 5.001 e 10.000 habitantes
- Grupo 3 - municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes
- Grupo 4 - municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes
- Grupo 5 - municípios acima de 50.000 habitantes

6. Foram examinados os resultados da Gestão Fiscal de **Vale de São Domingos** em 2021, comparados aos obtidos nos anos de 2018 a 2020, com valores atualizados pelo índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 31.12.2021.





## 1. Peças de Planejamento

Plano Plurianual – PPA - Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Vigora por quatro anos, sendo elaborado no primeiro ano do mandato presidencial, abrangendo até o primeiro ano do mandato seguinte<sup>1</sup>.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) - Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos<sup>2</sup>.

Lei Orçamentária Anual (LOA) - É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos<sup>3</sup>.

Créditos Adicionais - São eles autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Em outras palavras, os créditos adicionais são instrumentos de ajustes orçamentários, sendo “fundamental para oferecer flexibilidade e permitir a operacionalidade de qualquer sistema orçamentário” e que visam a atender as seguintes situações: corrigir falhas da LOA; mudança de rumos das políticas públicas; variações de preço de mercado de bens e serviços a serem adquiridos pelo governo; e situações emergenciais imprevistas<sup>4</sup>.

7. O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA e as enviou a este Tribunal para subsidiar a análise das contas anuais, conforme demonstrado no Quadro 2:

**Quadro 2 - Peças de Planejamento**

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA DA LEI	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PPA	213/2018	498/2017	14/12/2017	-
LDO	27481-0/2020	608/2020	08/09/2020	-
LOA	370/2021	618/2020	07/12/2020	15,00%

Fontes: [Control P e Sistema Aplic.](#)

8. A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 17.500.000,00** (dezessete milhões, quinhentos mil reais), com autorização para abertura de créditos

<sup>1</sup> <http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>

<sup>2</sup> <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>

<sup>3</sup> <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/lei-orcamentaria-anual-loa>

<sup>4</sup>

<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file//fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14D110A73014D1EFE5B2520D8>





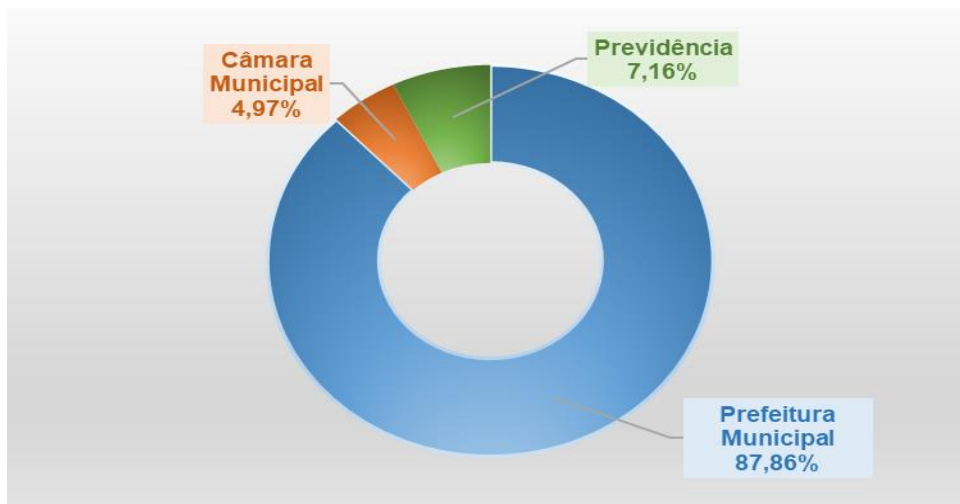
adicionais suplementares até o limite de **15%** (quinze centésimos percentuais) do orçamento, tendo a distribuição por órgão e entidade demonstrada no Quadro 3:

**Quadro 3 - Distribuição Orçamentária por Unidade**

	VALOR (R\$)	% Desp
<b>Administração Direta</b>	<b>16.246.200,00</b>	<b>92,84%</b>
Prefeitura Municipal	15.376.200,00	87,86%
Câmara Municipal	870.000,00	4,97%
<b>Administração Indireta</b>	<b>1.253.800,00</b>	<b>7,16%</b>
Previdência	1.253.800,00	7,16%
<b>Total Geral Fixado</b>	<b>17.500.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)

**Gráfico 1 - Distribuição Orçamentária**



9. Durante o exercício de 2021, ocorreram diversas alterações orçamentárias, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares e/ou especiais, que modificaram o valor do orçamento inicial, conforme exposto no Quadro 4:

**Quadro 4 - Demonstrativo das Alterações do Orçamento**

<b>Orçamento inicial</b>		<b>R\$ 17.500.000,00</b>
<b>créditos adicionais</b>	suplementar	R\$ 10.558.940,57
	especial	R\$ 3.871.452,64
Redução		R\$ 4.374.321,62
<b>Orçamento Final</b>		<b>R\$ 27.556.071,59</b>
<b>Variação% OF/OI</b>		<b>57,46%</b>
<b>Alterações% - Créditos Adicionais/ Orç. Inicial</b>		<b>82,46%</b>

Fontes: LOA e Site TCE MT(Contas Anuais)





## Quadro 5 - Alterações orçamentárias por Recursos/ Fonte de Financiamento

Recursos / Fonte de Financiamento	Total
Anulação de Arrecadação	4.374.321,62
Excesso de Arrecadação	7.989.548,44
Superávit Financeiro	2.066.523,15
<b>Total Créditos Adicionais</b>	<b>14.430.393,21</b>

Fontes: [Contas Anuais](#)

10. A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2018 a 2021, indica que a Administração Municipal aumentou a estimativa de suas receitas, exceto no último exercício, conforme se pode observar no Quadro 6:

## Quadro 6 – Evolução da Receita Estimada – 2017 a 2020 – Atualizada pelo IPCA

	2018	2019	2020	2021
Receita Estimada - R\$	17.464.379,74	17.869.777,09	18.298.992,33	17.500.000,00
Variação %	-	2,32%	2,40%	-4,37%

Fonte: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

## Gráfico 2 – Evolução da Receita Estimada – Atualizada pelo IPCA



Fonte: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

## 2. Análise do Desempenho da Gestão – Período de 2018 a 2021

### 2.1. Desempenho Fiscal

#### 2.1.1. Receitas Orçamentárias

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja





finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.

11. As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 26.671.408,28** (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e um mil, quatrocentos e oito reais e vinte e oito centavos).

12. A série histórica das receitas orçamentárias do Município, no período de 2018 a 2021, revela crescimento da arrecadação, conforme demonstrado no Quadro 7:

**Quadro 7 - Receita Arrecadada - 2018 a 2021 - Atualizada pelo IPCA**

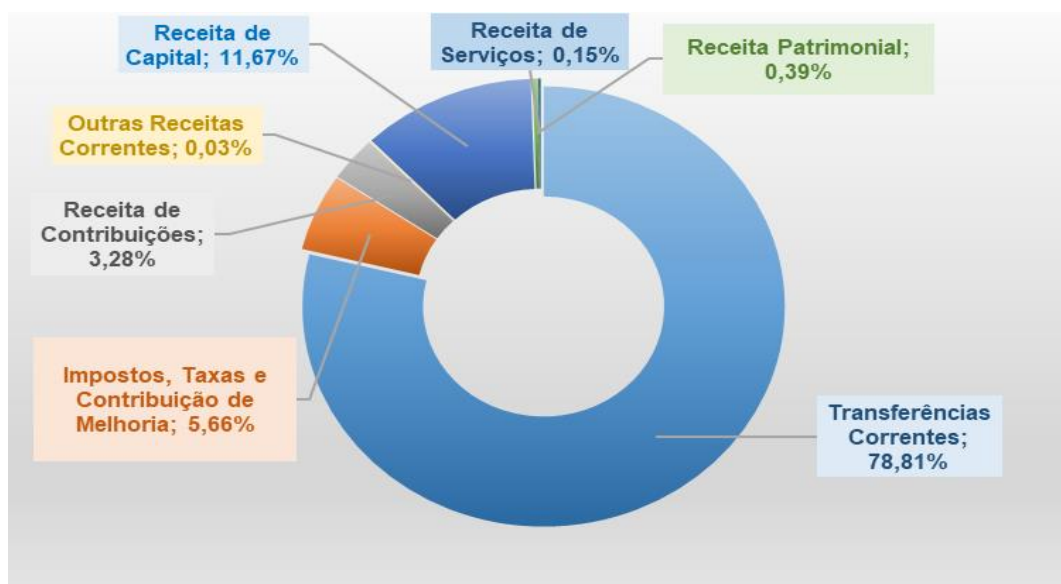
Origens das Receitas	2018	2019	2020	2021
<b>Receitas Correntes (Bruta)</b>	<b>22.940.572,76</b>	<b>22.588.886,47</b>	<b>24.695.698,46</b>	<b>26.669.066,59</b>
<b>Receitas Correntes (liq. Ded)</b>	<b>20.485.630,58</b>	<b>20.003.238,16</b>	<b>22.207.680,67</b>	<b>23.558.181,82</b>
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	1.079.889,74	624.422,08	1.970.506,11	1.510.369,02
Receita de Contribuições	518.051,23	543.518,08	687.467,41	874.759,22
Receita Patrimonial	143.522,47	48.454,39	10.190,19	104.744,15
Receita de Serviços	2.830,96	79.384,20	9.653,62	39.183,50
Transferências Correntes	21.192.708,25	21.263.983,59	22.010.575,30	24.131.939,66
Outras Receitas Correntes	3.570,11	29.124,13	7.305,83	8.071,04
<b>Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>628.288,71</b>	<b>2.749.224,16</b>	<b>3.113.226,46</b>
Transferências de Capital	0,00	628.288,71	2.749.224,16	3.113.226,46
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>705.464,07</b>	<b>677.494,14</b>	<b>910.961,42</b>	<b>778.456,38</b>
<b>Deduções</b>	<b>-2.454.942,18</b>	<b>-2.585.648,31</b>	<b>-2.488.017,79</b>	<b>-3.110.884,77</b>
FUNDEB	-2.454.942,18	-2.585.648,31	-2.488.017,79	-3.110.884,77
<b>Total das Receitas</b>	<b>21.191.094,66</b>	<b>21.309.021,01</b>	<b>25.867.866,24</b>	<b>27.449.864,66</b>
<b>Total das Receitas (excluído as intraorçamentárias)</b>	<b>20.485.630,58</b>	<b>20.631.526,87</b>	<b>24.956.904,82</b>	<b>26.671.408,28</b>
<b>% Variação</b>	<b>-</b>	<b>0,71%</b>	<b>20,96%</b>	<b>6,87%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





**Gráfico 3 - Composição da Receita Arrecadada - 2021**



13. O Gráfico 3 apresenta a relação das receitas, por origem, e com seu total arrecadado no exercício. Destaca-se que 78,81% (setenta e oito inteiros e oitenta e um centésimos percentuais) da receita é proveniente das Transferências Correntes.

#### 2.1.1.1. Receitas Correntes:

As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

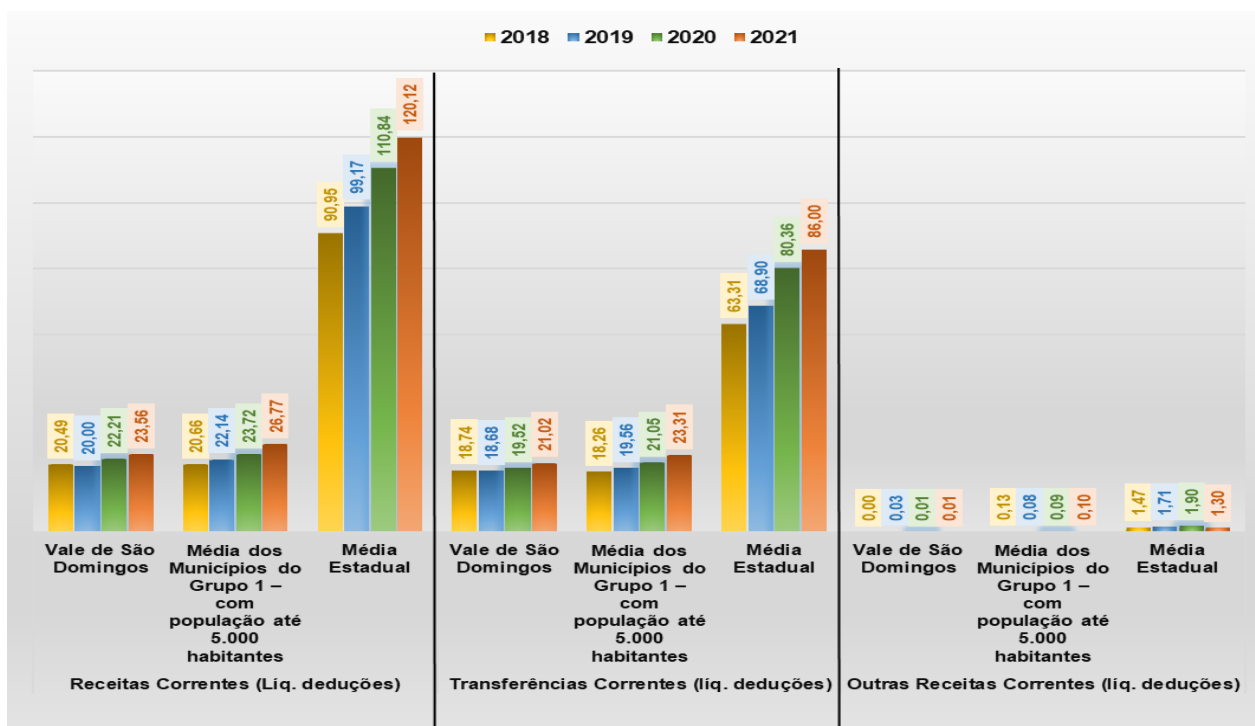
14. Um dos itens detalhadamente examinados neste trabalho foi a gestão das Receitas Correntes. Isso porque sua análise envolve também a política tributária do Município; o estudo da **Receita Corrente** de um município reflete também a ação governamental na instituição, cobrança e arrecadação dos tributos desse município. Os Gráficos 4 e 5 demonstram o histórico da arrecadação das receitas correntes, com **aumento de 15%** (quinze por cento), no período de 2018 a 2021, ficando abaixo da média dos municípios do **Grupo 1, 29,53%** (vinte e nove inteiros e cinquenta e três centésimos percentuais), e abaixo da **média estadual, 32,07%** (trinta e dois inteiros e





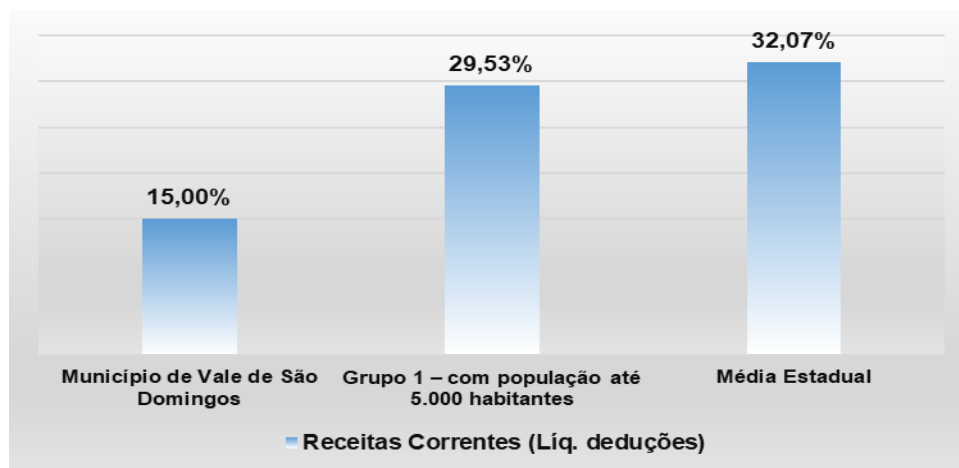
sete centésimos percentuais). No mesmo intervalo de tempo, as **Transferências Correntes** aumentaram em **12,19%** (doze inteiros e dezenove centésimos percentuais) e as **outras receitas correntes** aumento **126,07%** (cento e vinte e seis inteiros e sete centésimos percentuais).

**Gráfico 4 - Histórico das Receitas Correntes - 2018 a 2021 (R\$ Milhões) – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

**Gráfico 5 - Crescimento das Receitas Correntes - 2018/2021 – Atualizada pelo IPCA**



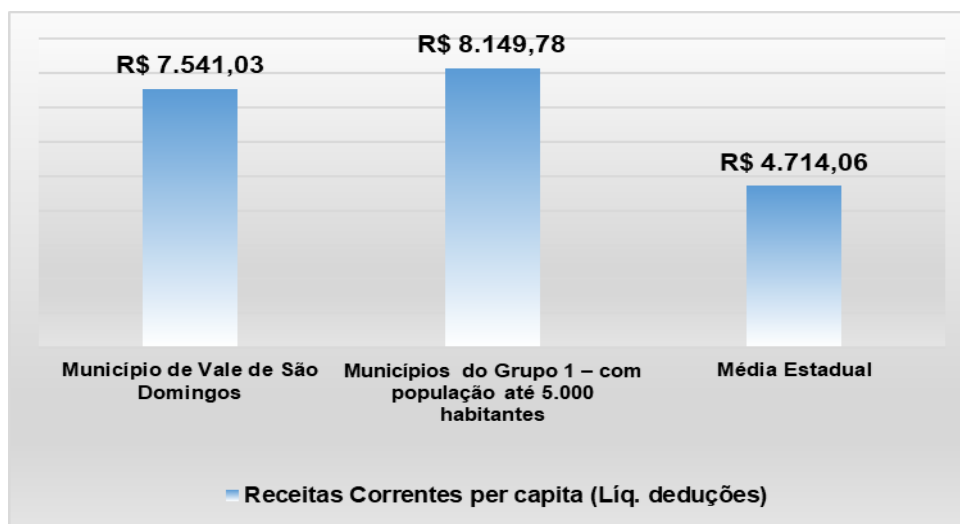
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





15. A **Receita Corrente per capita** do Município de Vale de São Domingos, no exercício de 2021, ficou abaixo da média dos municípios do Grupo 1 e acima da média estadual.

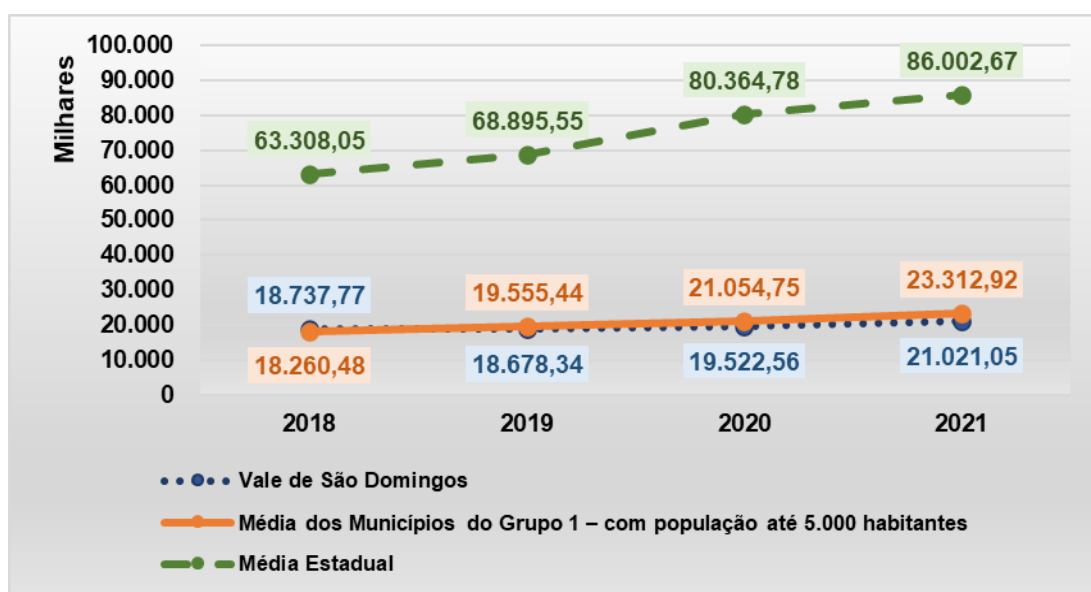
**Gráfico 6 - Receita Corrente per capita - 2021 (R\$)**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

16. O Gráfico 7 demonstra o histórico das Transferências Correntes, no período de 2018 a 2021.

**Gráfico 7 - Evolução das Transferências Correntes (Liq. Deduções) – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





### 2.1.1.2. Receita Tributária Própria:

Compreende o somatório das receitas de impostos de competência própria municipal, das taxas e contribuições, e da receita da dívida ativa.

17. A Receita Tributária Própria, em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, atingiu o percentual de **5,66%** (cinco inteiros e sessenta e seis centésimos percentuais), conforme se observa no Quadro 8:

**Quadro 8 - Receita Tributária Própria – 2018 a 2021 - Atualizada pelo IPCA**

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP	2018	2019	2020	2021	% (RECEITA PRÓPRIA - 2021/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA - 2021)
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>817.909,40</b>	<b>616.722,14</b>	<b>1.959.408,68</b>	<b>1.503.036,69</b>	<b>5,64%</b>
IPTU	371,96	5.871,21	812,47	285,00	<b>0,00%</b>
IRRF	240.236,95	271.796,43	486.900,42	433.954,44	<b>1,63%</b>
ISSQN	0,00	187.481,26	611.158,48	862.822,03	<b>3,24%</b>
ITBI	577.300,49	142.692,19	822.517,03	188.585,46	<b>0,71%</b>
Taxas	0,00	8.881,05	38.020,27	17.389,76	<b>0,07%</b>
<b>Multas e Juros de Tributos</b>	<b>252.633,58</b>	<b>230,43</b>	<b>9,77</b>	<b>49,84</b>	<b>0,00%</b>
<b>Dívida Ativa</b>	<b>9.346,76</b>	<b>5.963,60</b>	<b>6.708,22</b>	<b>5.077,00</b>	<b>0,02%</b>
<b>Multas e Juros Dívida Ativa</b>	<b>0,00</b>	<b>1.505,91</b>	<b>4.379,44</b>	<b>2.205,49</b>	<b>0,01%</b>
<b>Total</b>	<b>1.079.889,74</b>	<b>624.422,08</b>	<b>1.970.506,11</b>	<b>1.510.369,02</b>	<b>5,66%</b>
Variação %	-	-42,18%	215,57%	-23,35%	
<b>Variação% (2018/2021)</b>	<b>39,86%</b>				
<b>Variação média%</b>	<b>50,01%</b>				
<b>% (receita própria/Receita Arrecadada Líquida)</b>	<b>5,27%</b>	<b>3,03%</b>	<b>7,90%</b>	<b>5,66%</b>	

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022

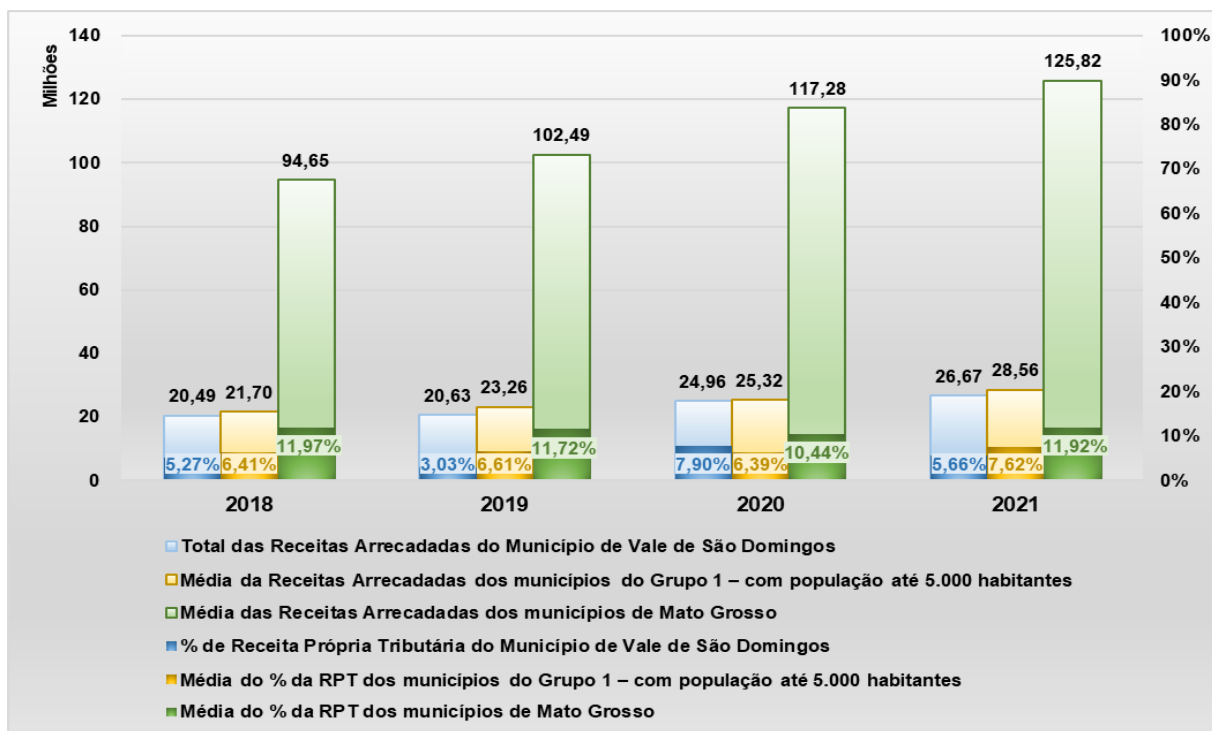
18. As **Receitas Tributárias Próprias** tiveram incremento de 39,86% (trinta e nove inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021. Esse aumento foi suficiente para reduzir o nível de dependência do município em relação às transferências, que passaram de 91,47% (noventa e um inteiros e quarenta e sete centésimos percentuais), em 2018, para 89,23% (oitenta e nove inteiros e vinte e três centésimos percentuais), em 2021.





19. O Gráfico 8 demonstra a relação entre as receitas tributárias próprias e as receitas arrecadadas no período de 2018 a 2021. O Município de Vale de São Domingos apresentou oscilação percentual no período, ficando abaixo da média dos municípios do Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes, exceto em 2020, e abaixo da média estadual.

**Gráfico 8 - Receita Arrecadada x Receita Tributária Própria – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### 2.1.1.3. Transferências Correntes:

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, e podem ser aplicadas em despesas correntes ou de capital.

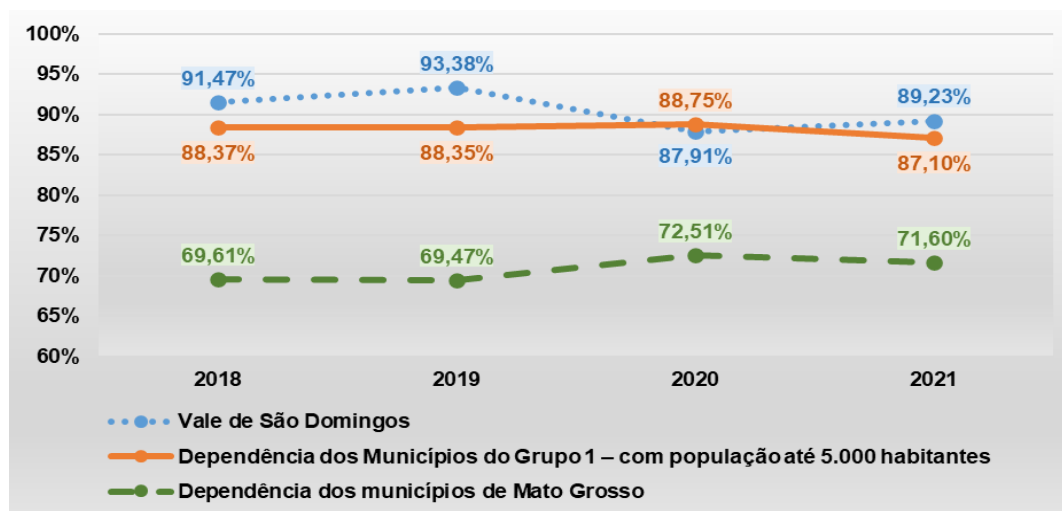
20. A dependência do Município em relação às transferências correntes oscilou entre 93,38% (noventa e três inteiros e trinta e oito centésimos percentuais) e 87,91% (oitenta e sete inteiros e noventa e um centésimos percentuais) das receitas correntes, entre 2018 e 2021.





21. Ao analisar o grau de dependência de um município em relação às transferências correntes que este recebe, considera-se que, quanto menor o percentual, melhor a situação desse município. Em 2021, o percentual de dependência do Município de Vale de São Domingos foi de 89,23% (oitenta e nove inteiros e vinte e três centésimos percentuais), maior do que a média de dependência dos municípios que compõem o Grupo 1, que atingiu 87,1% (oitenta e sete inteiros e dez centésimos percentuais). Em comparação com a média estadual, que foi de 71,6% (setenta e um inteiros e sessenta centésimos percentuais), Vale de São Domingos obteve um resultado pior, pois teve uma maior dependência das transferências correntes. Os percentuais de dependência em relação às transferências correntes estão demonstrados no Gráfico 9.

**Gráfico 9 - Dependência dos municípios em relação as Transferências Correntes / Relação as Receitas Correntes - 2018 a 2021**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022  
[Receita Corrente e Transferência Corrente Líquidas das deduções](#)

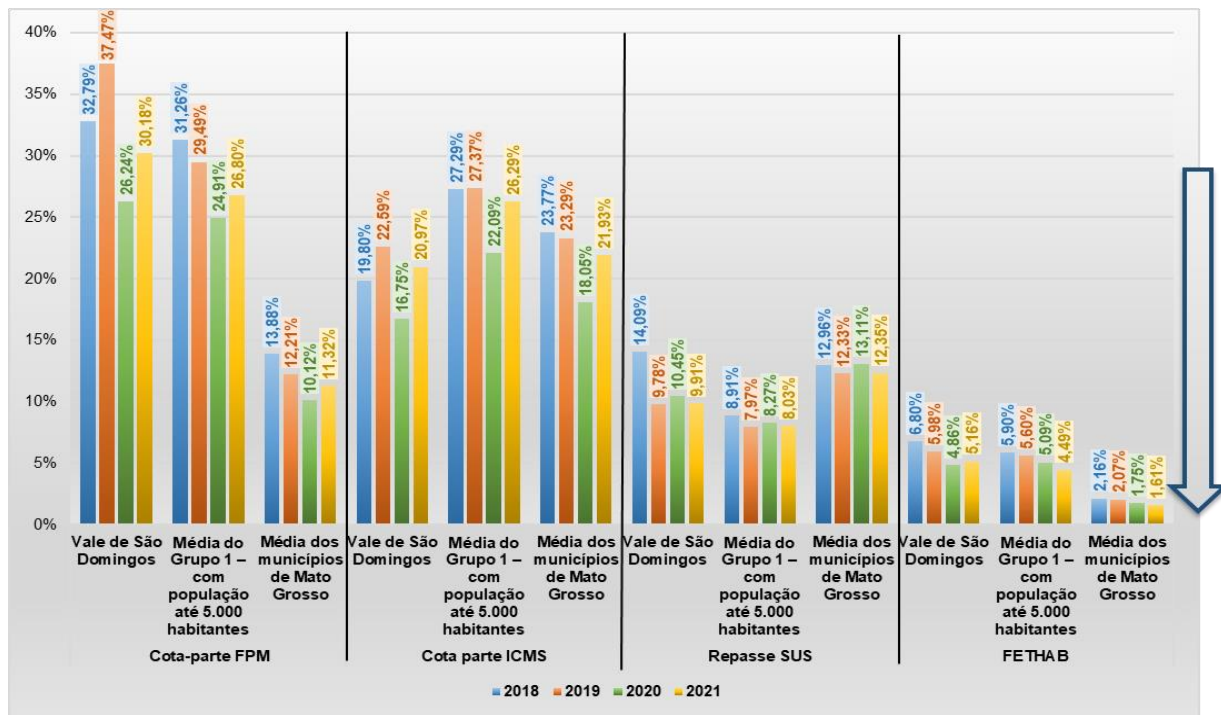
#### 2.1.1.3.1. Dependência da Cota-parte do FPM, do ICMS, Repasse do SUS e FETHAB em relação a Receita Corrente

22. O Gráfico 10 demonstra a relação de dependência, em relação à Receita Corrente, dos quatro principais repasses constitucionais e legais; a Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Cota-parte do ICMS, Repasse do SUS e Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, no período de 2018 a 2021.





**Gráfico 10 - Percentual de Dependência dos municípios em relação a Cota-parte FPM, ICMS, do Repasse do SUS e do FETHAB / Receita Corrente – Atualizado pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022  
Receita Corrente e Transferências Correntes (Cota-partes) Líquidas das deduções

23. Em 2021, dentre as principais transferências já mencionadas, o registro de maior dependência foi com relação à Cota-parte FPM, responsável por 30,18% (trinta inteiros e dezoito centésimos percentuais) da Receita Corrente de Vale de São Domingos, colocando o município acima da média do Grupo 1 e superior à média estadual.

#### 2.1.1.4. Principais Tributos: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

24. Os principais tributos de competência do Município, apresentaram o seguinte desempenho, no período de 2019 a 2021:

- **ISSQN**, crescimento de **360,22%**
- **IPTU**, decréscimo de **95,15%**
- **ITBI**, crescimento de **32,16%**
- **Taxas**, crescimento de **95,81%**

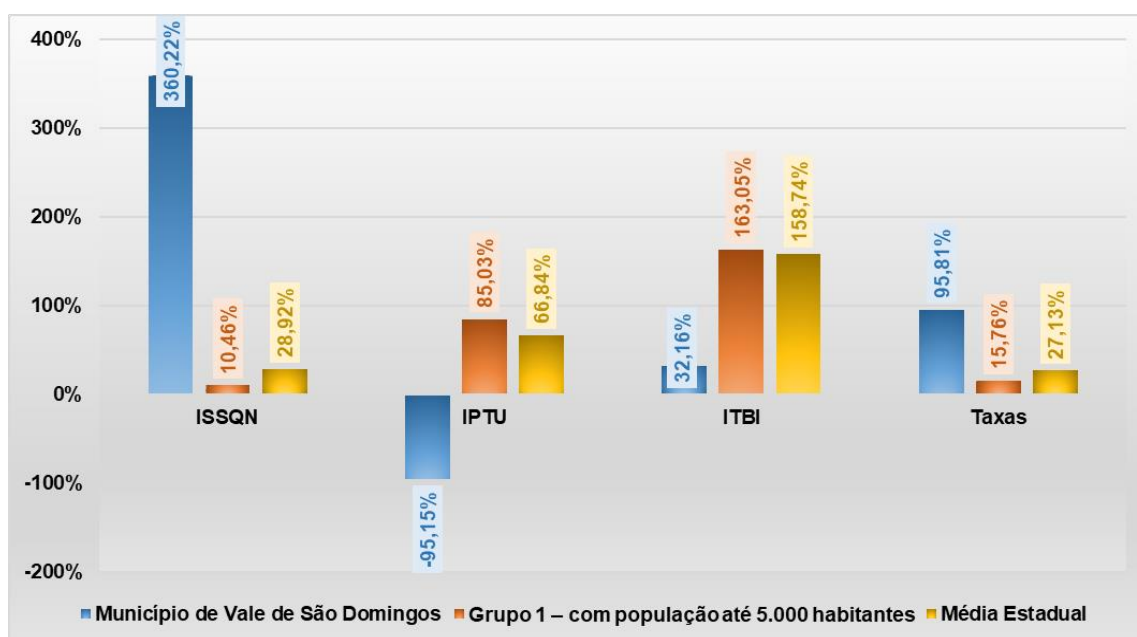




25. O **ISSQN** representou **3,66%** (três inteiros e sessenta e seis centésimos percentuais) das Receitas Correntes, em 2021; O ISSQN, foi o tributo que apresentou o maior crescimento em arrecadação no período 2018 a 2021. Em 2021, o **IPTU** representou **0,001%** (um milésimo percentual) das Receitas Correntes; o **ITBI** e as **Taxas** constituíram **0,8%** (oitenta centésimos percentuais) e **0,07%** (sete centésimos percentuais) das Receitas Correntes, respectivamente.

26. A pesquisa permitiu observar que o Município de Vale de São Domingos, nesse período, obteve crescimento significativo em arrecadação de ISSQN e Taxas, ficando acima da média do Grupo 1 e da média estadual.

**Gráfico 11 - Variação dos Principais Tributos - 2019/2021 – Atualizado pelo IPCA**



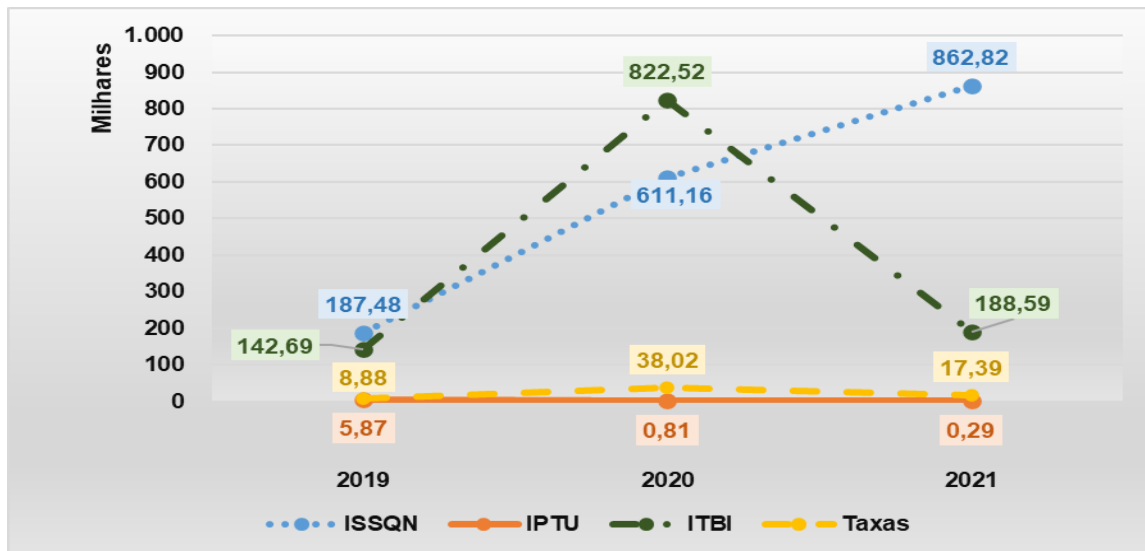
Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022](#)

27. O Gráfico 12 demonstra o desempenho geral de Vale de São Domingos em relação aos principais tributos, no período de 2019 a 2021:





**Gráfico 12 - Evolução dos Principais Tributos - Município - 2019 a 2021 – Atualizado pelo IPCA**

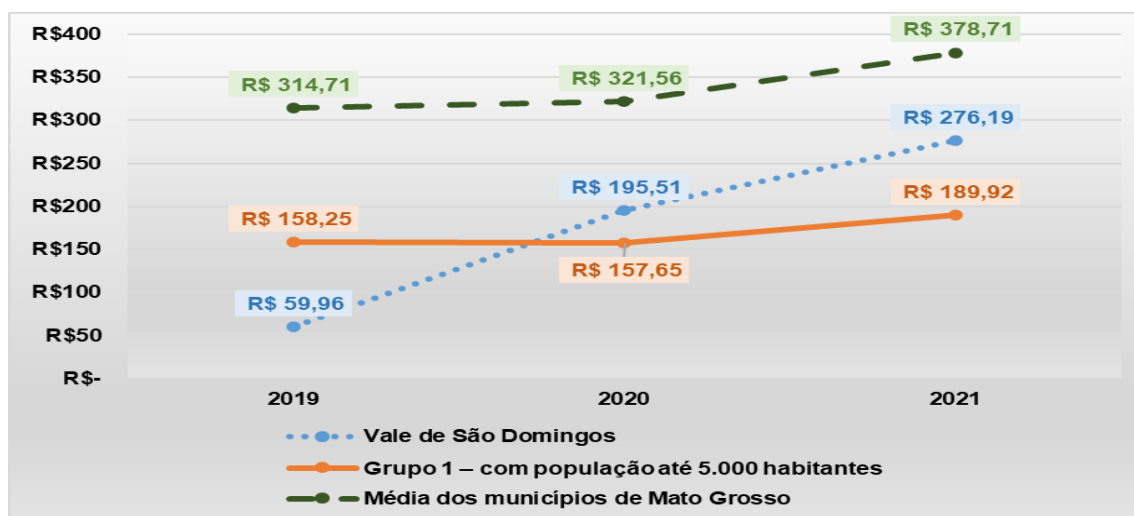


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 2.1.1.4.1. Principais Tributos *per capita*: ISSQN-IPTU-TAXAS-ITBI.

28. Ao analisar os principais **tributos *per capita*** do Município de Vale de São Domingos, no período de 2019 a 2021, é possível verificar que, com relação ao **ISSQN *per capita***, o Município de Vale de São Domingos apresentou crescimento, ficando acima da média do Grupo 1, nos dois últimos exercícios, e abaixo da média estadual em todo o período, conforme demonstrado no Gráfico 13.

**Gráfico 13 - ISSQN *per capita* - 2019 a 2021 – Atualizado pelo IPCA**



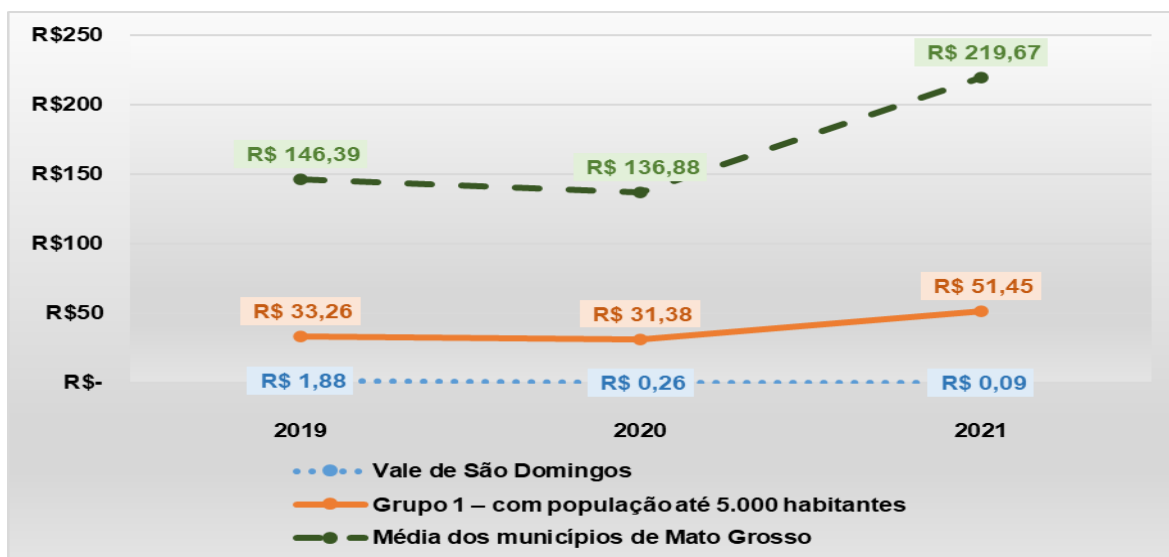
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





29. Verifica-se que o **IPTU per capita** no período de 2019 a 2021, apresentou redução, ficando abaixo das médias do Grupo 1, e da estadual, como ilustrado no Gráfico 14.

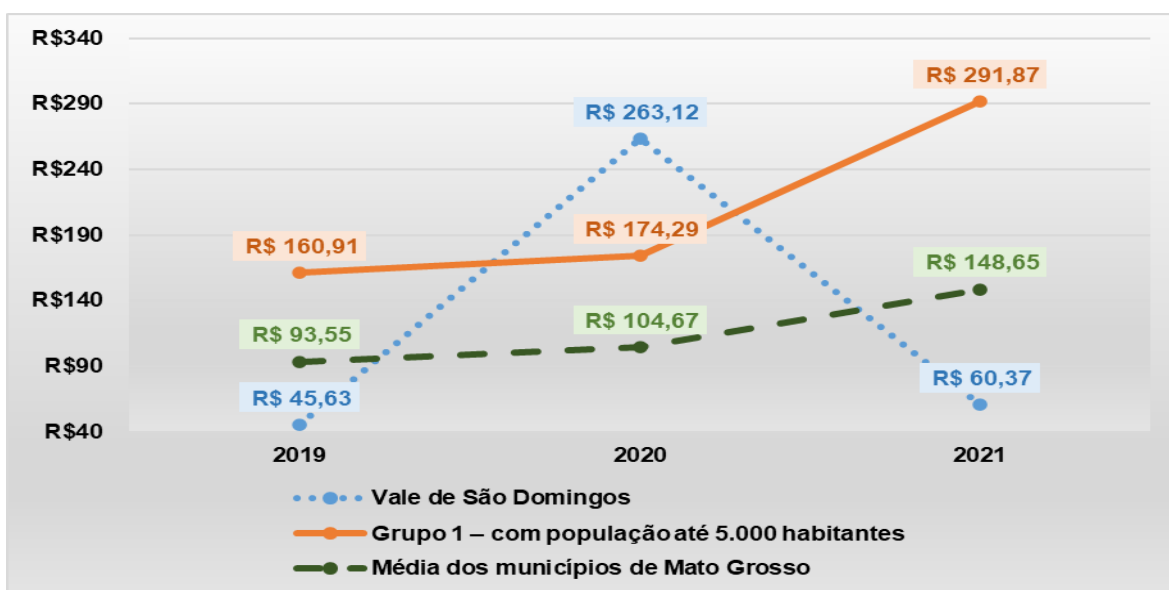
**Gráfico 14 - IPTU per capita - 2019 a 2021 – Atualizado pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

30. Quanto ao **ITBI per capita**, no período de 2019 a 2021, verifica-se que o referido tributo apresentou oscilação, porém ficou abaixo das médias do Grupo 1, e da estadual, exceto em 2020 em comparação a ambas as médias, de acordo com o Gráfico 15.

**Gráfico 15 - ITBI per capita - 2019 a 2021 - Atualizado pelo IPCA**



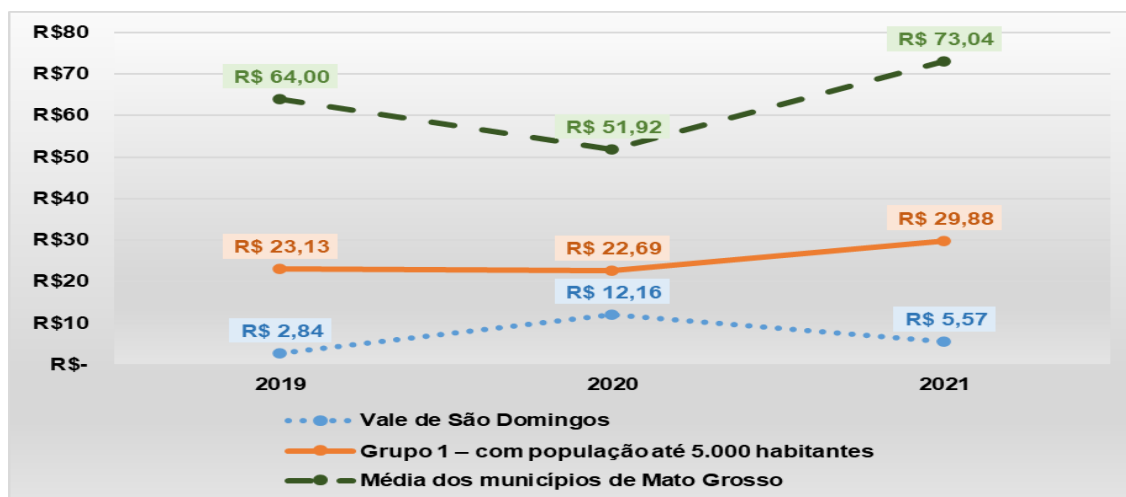
Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





31. Por fim, as **taxas per capita**, no período de 2019 a 2021, apresentaram oscilação, porém ficou abaixo da média do Grupo 1 e da média estadual, de acordo com o Gráfico 16.

**Gráfico 16 - Taxas per capita - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 2.1.1.5. Dependência das Transferências e evolução dos principais Tributos

32. O desempenho das transferências correntes e da arrecadação do ISSQN, seja pelo volume alcançado ou pelo incremento do percentual no período analisado, pode ser observada no Quadro 9.

**Quadro 9 - Resultados de Gestão - Receitas 2019 a 2021 - Vale de São Domingos - (R\$ Milhares) - Atualizado pelo IPCA**

Exercício	2019	2020	2021
<b>Dependência das Transferências</b>	<b>93,38%</b>	<b>87,91%</b>	<b>89,23%</b>
<b>Receita Corrente (excluída deduções)</b>	<b>20.003</b>	<b>22.208</b>	<b>23.558</b>
Transferências Correntes	18.678	19.523	21.021
Outras Receitas Correntes	29	7	8
<b>ISSQN - Liq. deduções</b>	<b>187</b>	<b>611</b>	<b>863</b>
Evolução da arrecadação – ISSQN	-	225,98%	41,18%
<b>IPTU - Liq. deduções</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Evolução da arrecadação – IPTU	-	-86,16%	-64,92%
<b>ITBI - Liq. deduções</b>	<b>143</b>	<b>823</b>	<b>189</b>
Evolução da arrecadação – ITBI	-	476,43%	-77,07%
<b>Taxas - Liq. deduções</b>	<b>9</b>	<b>38</b>	<b>17</b>
Evolução da arrecadação – Taxas	-	328,11%	-54,26%

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





33. Cabe ressaltar que três dos quatro principais tributos apresentaram decréscimo na arrecadação em 2021, com destaque para o ITBI e IPTU, cujas receitas reduziram 77,07% (setenta e sete inteiros e sete centésimos percentuais) e 64,92% (sessenta e quatro inteiros e noventa e dois centésimos percentuais), respectivamente, como se apreende do Quadro 9.

#### 2.1.1.6. Dívida Ativa

Créditos com que conta o setor público derivados do não pagamento pelos contribuintes de tributos e/ou de créditos públicos assemelhados (multas, juros e encargos) no decorrer do exercício em que foram lançados.

34. O indicador de recebimento da Dívida Ativa demonstra o esforço realizado pelo Poder Público para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram suas obrigações fiscais. Mede, portanto, o montante recebido em relação ao estoque de débitos, fornecendo evidências sobre o desempenho da área de cobrança fiscal.

35. No período de 2018 a 2021, o Município de Vale de São Domingos apresentou desempenho pífio na administração e na execução fiscal da Dívida Ativa, tendo o seu percentual de recebimento de Dívida Ativa oscilado de 1,66% (um inteiros e sessenta e seis centésimos percentuais) a 2,63% (dois inteiros e sessenta e três centésimos percentuais).

36. No exercício de 2021, o percentual alcançado foi de 1,66% (um inteiros e sessenta e seis centésimos percentuais), sendo inferior à média dos municípios do Grupo 1, 11,46% (onze inteiros e quarenta e seis centésimos percentuais) e inferior da média estadual, 13,23%, (treze inteiros e vinte e três centésimos percentuais).





### Gráfico 17 - Saldo da Dívida Ativa x % Recebimento da Dívida Ativa – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

37. A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2018 a 2021, indica oscilação do saldo, conforme se pode observar no Quadro 10:

### Quadro 10 - Saldo da Dívida Ativa - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Saldo Dívida Ativa	441.107,83	380.745,88	453.939,24	437.704,96
Variação %	-	-13,68%	19,22%	-3,58%
% de recebimento da dívida ativa de Vale de São Domingos	2,12%	1,96%	2,63%	1,66%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes	11,17%	10,27%	7,52%	11,46%
Média de % de recebimento da Dívida ativa dos municípios do Estado de MT	11,62%	12,62%	9,49%	13,23%

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 14 consolidado e informes da dívida ativa) – Atualizado em 27/07/2022

#### 2.1.2. Despesas Orçamentárias:

Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade

38. O montante do orçamento inicial de Vale de São Domingos foi de R\$ 16.664.200,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos reais). A dotação atualizada atingiu o montante de **R\$ 26.862.157,55** (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco





centavos), representando um **aumento de 61,2%** (sessenta e um inteiros e vinte centésimos percentuais) em relação ao orçamento inicial. As despesas realizadas pelo Município, excluídas as intraorçamentárias, no exercício de 2021, totalizaram R\$ 25.361.939,55 (vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), representando uma redução de 5,58% (cinco inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais) quando comparada a dotação atualizada, com a distribuição por função e por natureza, conforme indicadas nos Quadros 11 e 12:

**Quadro 11 - Despesa Orçamentária por Função**

DESPESA POR FUNÇÃO	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	% em relação ao total da Despesa Empenhada excluído as intraorçamentárias	% (C/A)
01 - Legislativa	839.500,00	853.870,05	853.849,22	3,37%	101,71%
04 - Administração	3.342.872,84	4.409.503,44	4.409.328,39	17,39%	131,90%
08 - Assistência Social	879.000,00	1.176.274,43	1.124.574,40	4,43%	127,94%
09 - Previdência Social	1.253.800,00	1.253.800,00	539.366,54	2,13%	43,02%
10 - Saúde	3.235.077,16	5.316.814,67	5.310.933,53	20,94%	164,17%
11 - Trabalho	171.000,00	227.176,30	226.175,30	0,89%	132,27%
12 - Educação	3.510.950,00	5.006.562,53	4.180.618,32	16,48%	119,07%
13 - Cultura	5.000,00	-2.947,66	131.730,81	0,52%	2634,62%
15 - Urbanismo	2.123.000,00	6.562.433,24	6.531.852,64	25,75%	307,67%
17 - Saneamento	340.000,00	737.381,20	737.270,20	2,91%	216,84%
18 - Gestão Ambiental	113.000,00	65.996,26	65.986,11	0,26%	58,39%
20 - Agricultura	101.500,00	617.452,29	612.439,29	2,41%	603,39%
27 - Desporto e Lazer	139.500,00	142.299,16	142.275,16	0,56%	101,99%
28 - Encargos especiais	350.000,00	495.540,64	495.539,64	1,95%	141,58%
Reserva de Contingência e RPPS	260.000,00	1,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>835.800,00</b>	<b>693.914,04</b>	<b>679.868,04</b>	-	81,34%
<b>Total da Despesa</b>	<b>17.500.000,00</b>	<b>27.556.071,59</b>	<b>26.041.807,59</b>	-	<b>148,81%</b>
<b>Total (excluído as intraorçamentárias)</b>	<b>16.664.200,00</b>	<b>26.862.157,55</b>	<b>25.361.939,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>152,19%</b>

Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)





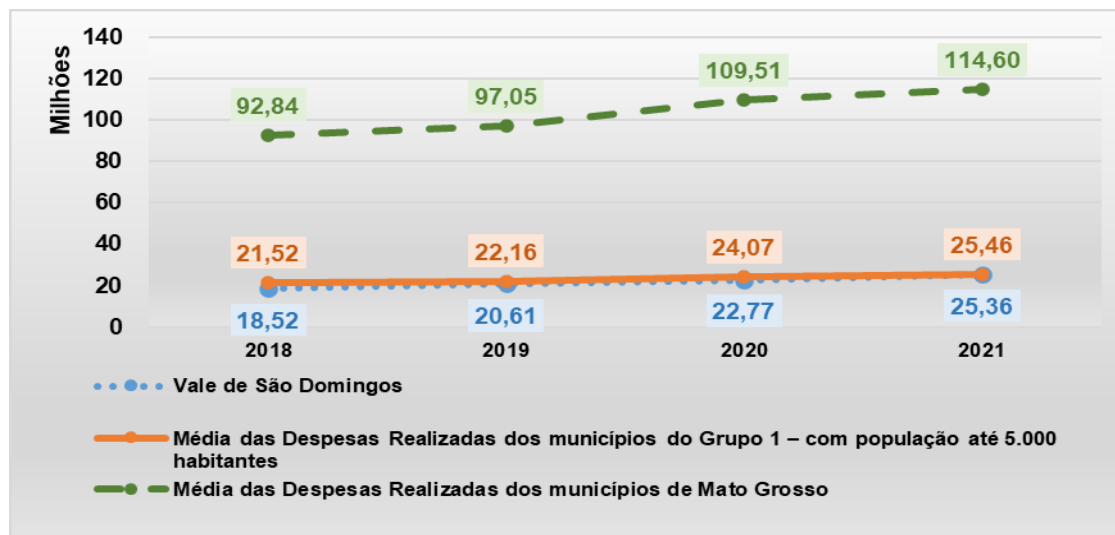
### Quadro 12 - Despesas Orçamentárias por Natureza - 2018 a 2021

DESPESA POR NATUREZA	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Empenhada (C)	% (C/A)
<b>Despesas correntes</b>	<b>15.229.800,00</b>	<b>21.556.717,28</b>	<b>20.353.938,24</b>	<b>133,65%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.562.489,04	10.790.787,18	10.118.747,00	118,18%
Outras Despesas Correntes	6.667.310,96	10.765.930,10	10.235.191,24	153,51%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>803.700,00</b>	<b>5.091.239,27</b>	<b>5.008.001,31</b>	<b>623,12%</b>
Investimentos	453.700,00	4.595.698,63	4.512.461,67	994,59%
Amortização da Dívida	350.000,00	495.540,64	495.539,64	141,58%
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>835.800,00</b>	<b>693.914,04</b>	<b>679.868,04</b>	<b>81,34%</b>
Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	630.700,00	214.201,00	0,00	0,00%
<b>Total da Despesa</b>	<b>17.500.000,00</b>	<b>27.556.071,59</b>	<b>26.041.807,59</b>	<b>148,81%</b>
<b>Total das Despesas (excluído as intraorçamentárias)</b>	<b>16.664.200,00</b>	<b>26.862.157,55</b>	<b>25.361.939,55</b>	<b>152,19%</b>

Fontes: LOA Sistema Aplic (anexo 13 consolidado e informes das despesas orçamentárias)

39. A série histórica da Despesa Realizada pelo Município de Vale de São Domingos, no período de 2018 a 2021, indica crescimento. No entanto ficou abaixo da média do Grupo 1, e aquém da média estadual, conforme se pode observar no Gráfico 18:

### Gráfico 18 - Evolução das Despesas Realizadas - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

40. A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2018 a 2021, revela crescimento, como se observa no Quadro 13:



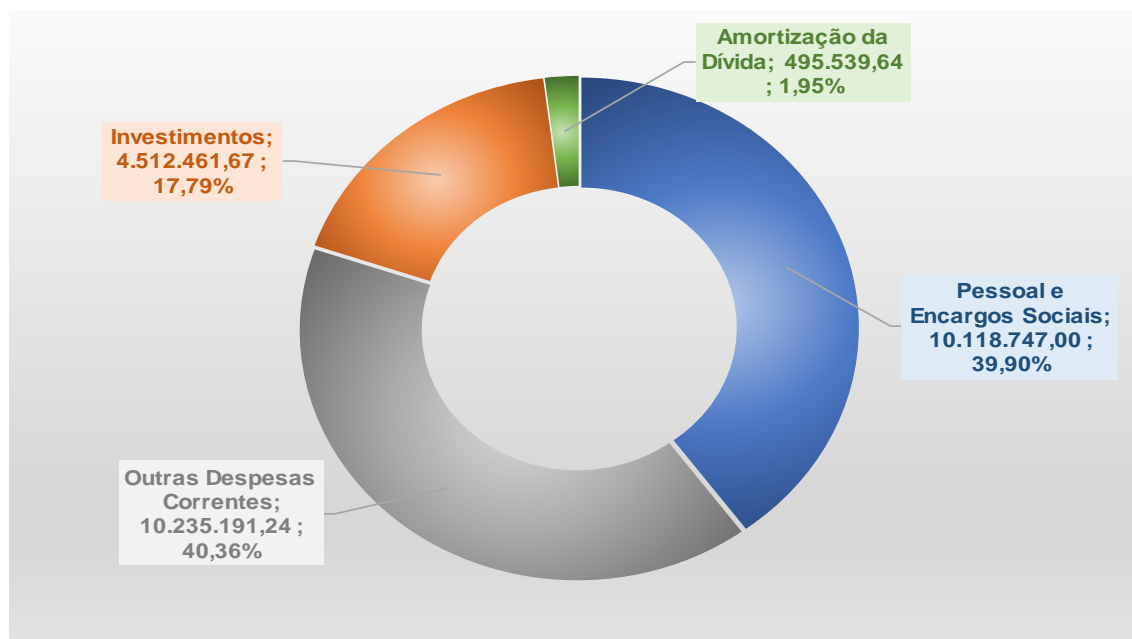


### Quadro 13 -Despesas Orçamentárias por Natureza - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA

Grupos de Despesas	2018	2019	2020	2021
<b>Despesas Correntes</b>	<b>16.818.803,45</b>	<b>18.252.316,83</b>	<b>18.657.370,36</b>	<b>20.353.938,24</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.430.501,48	8.939.527,92	10.502.975,35	10.118.747,00
Outras Despesas Correntes	8.388.301,97	9.312.788,90	8.154.395,01	10.235.191,24
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.697.449,47</b>	<b>2.359.628,68</b>	<b>4.114.070,53</b>	<b>5.008.001,31</b>
Investimentos	1.264.755,04	2.359.628,68	3.736.383,53	4.512.461,67
Amortização da Dívida	432.694,43	0,00	377.687,00	495.539,64
<b>Despesa Intraorçamentária</b>	<b>650.896,77</b>	<b>652.031,98</b>	<b>821.148,26</b>	<b>679.868,04</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>19.167.149,69</b>	<b>21.263.977,49</b>	<b>23.592.589,16</b>	<b>26.041.807,59</b>
<b>Total da Despesa (excluído as intraorçamentárias)</b>	<b>18.516.252,92</b>	<b>20.611.945,51</b>	<b>22.771.440,90</b>	<b>25.361.939,55</b>
<b>Variação - %</b>	-	<b>11,32%</b>	<b>10,48%</b>	<b>11,38%</b>
<b>% de variação médio da Despesa</b>		<b>11,06%</b>		

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 15 consolidado) – Atualizado em 27/07/2022

### Gráfico 19 - Despesas Realizadas por Natureza - 2021



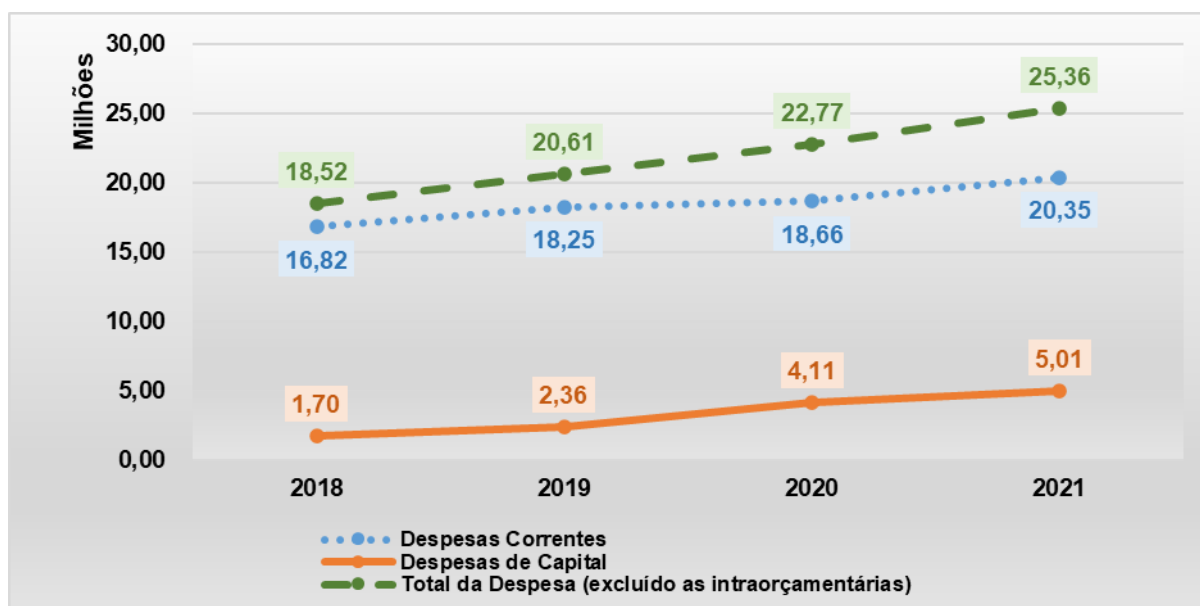
Fontes: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022

41. O Gráfico 19 apresenta a relação das despesas, por natureza, no exercício de 2021. Destaca-se que uma parcela significativa da despesa realizada, de 40,36% (quarenta inteiros e trinta e seis centésimos percentuais), está concentrada em Outras Despesas Correntes.





Gráfico 20 - Histórico das Despesas



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 2.1.2.1. Despesas Correntes:

As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.

42. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas de custeio compõem os principais itens de despesa objeto desta análise. Em relação às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores estão considerados em sua totalidade, sem as deduções estabelecidas no § 1º, do art. 19, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, de incentivo a demissões voluntárias e outras, permitindo, assim, uma visão mais ampla da gestão. A evolução registrada no período de 2018 a 2021 pode ser assim demonstrada:

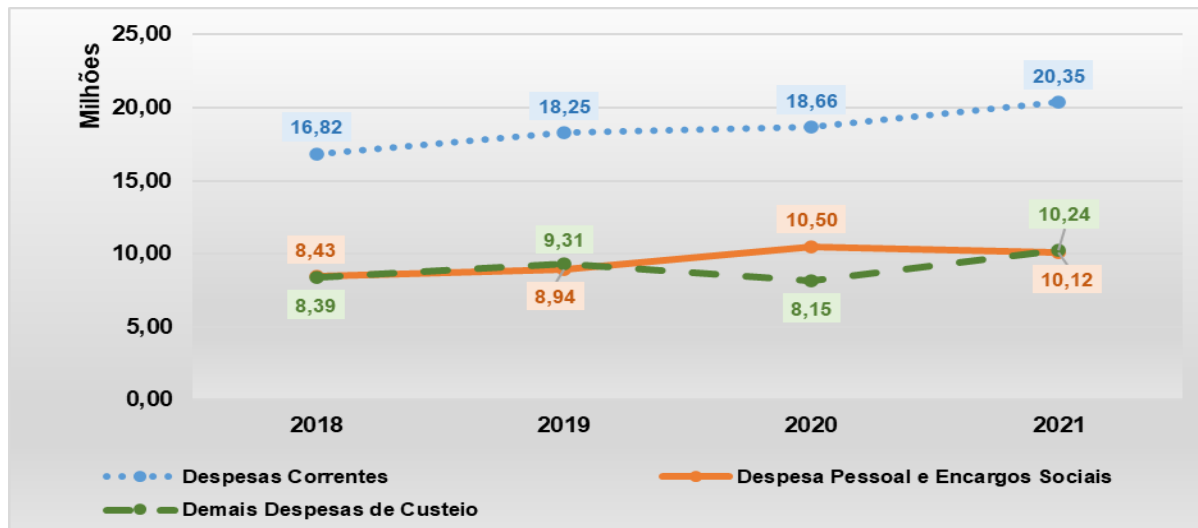
- **Despesas Correntes**, crescimento de **21,02%**.
- **Despesas de Pessoal e Encargos**, crescimento de **20,03%**.
- **Demais Despesas de Custeio**, crescimento de **22,02%**.

43. O Gráfico 21 expressa a evolução das Despesas Correntes:





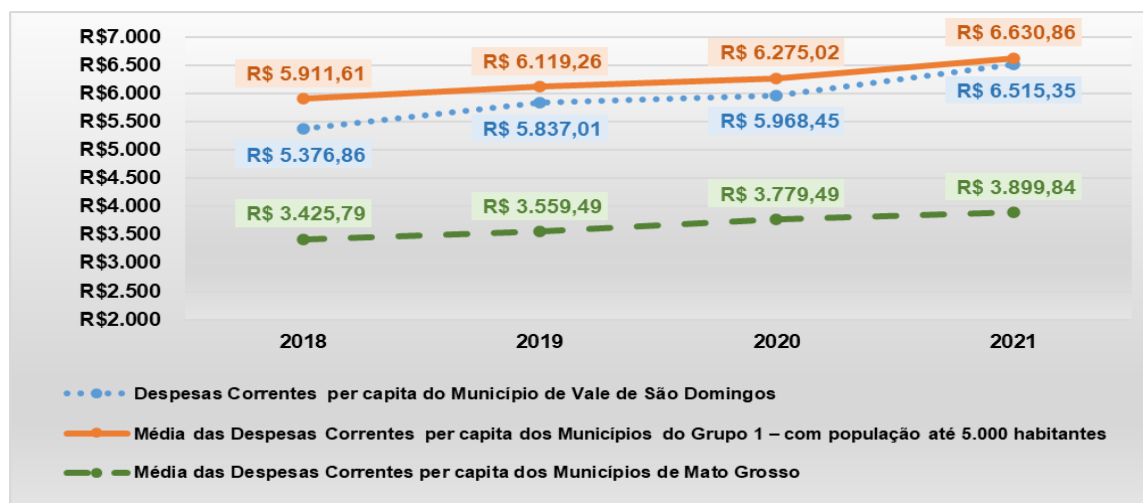
Gráfico 21 - Evolução das Despesas Correntes - Município - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

44. O Indicador de **Despesa Corrente per capita** é um dos mecanismos de aferição dos gastos por habitante, Vale de São Domingos, no ano de 2021, gastou **R\$ 6.515,35/habitante** (seis mil, quinhentos e quinze reais e trinta e cinco centavos), tendo gasto menos, por habitante, do que os municípios do **Grupo 1**, cuja média foi de **R\$ 6.630,86** (seis mil, seiscentos e trinta reais e oitenta e seis centavos), e ficou acima da **média estadual**, que teve a média de **R\$ 3.899,84** (três mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) gastos, por morador.

Gráfico 22 - Evolução das Despesas Correntes per capita - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA



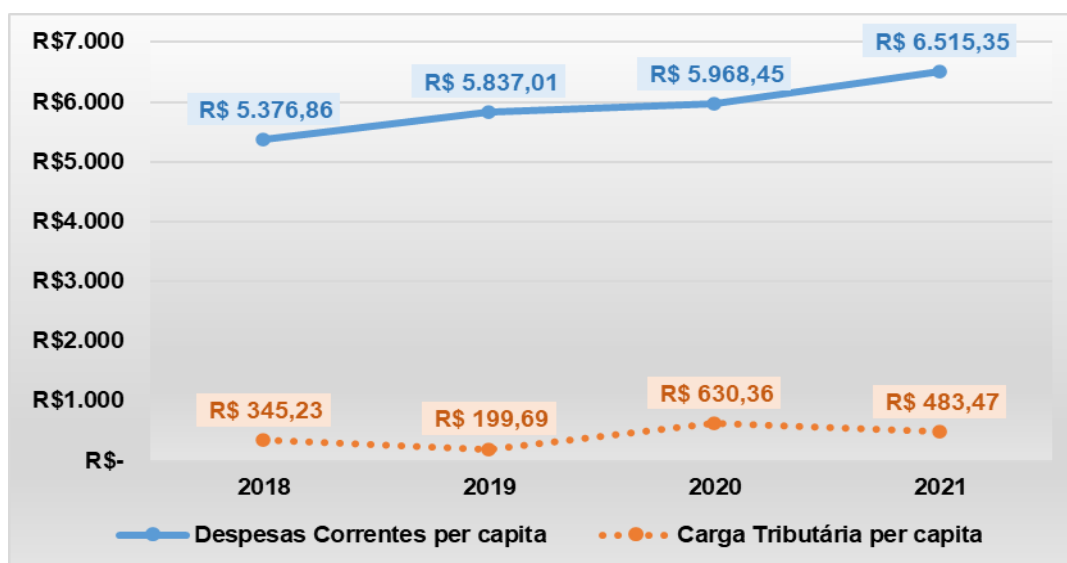
Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





45. As **Despesas Correntes per capita** aumentaram **21,17%** (vinte e um inteiros e dezessete centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021, enquanto a **Carga Tributária per capita** aumentou **40,04%** (quarenta inteiros e quatro centésimos percentuais), o que indica melhora no resultado da atual gestão da receita, conforme se evidencia no Gráfico 23:

**Gráfico 23 - Despesas Correntes per capita x Carga Tributária per capita - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

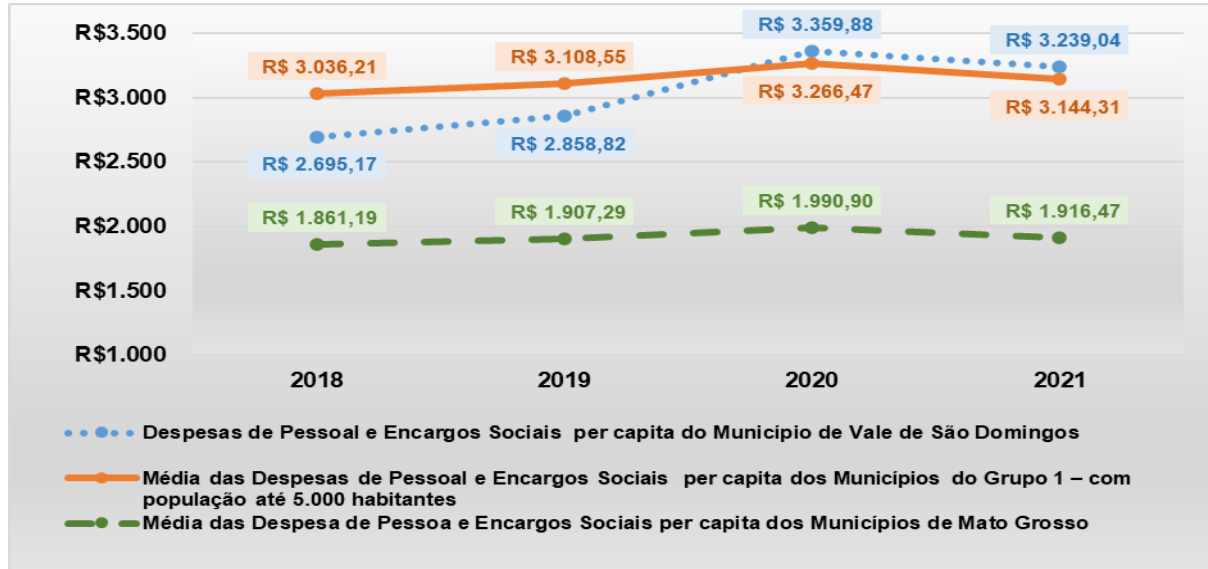
46. Além do planejamento orçamentário, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe aos gestores públicos a previsão e efetiva arrecadação dos créditos oriundos de tributos, exigindo excelente capacidade de lançamento e cobrança de débitos, de modo a estabelecer justiça fiscal no município. Tal procedimento é fundamental, não apenas para garantir o cumprimento das despesas contratadas, mas, principalmente, para financiar o desenvolvimento econômico e social, com foco na cidadania.

47. Comparada ao número de habitantes do Município, a **Despesa de Pessoal per capita** cresceu cerca de 20,18% (vinte inteiros e dezoito centésimos percentuais), no período de 2018 a 2021. No mesmo período, a média das Despesas de Pessoal per capita do Grupo 1 foi de 3,56% (três inteiros e cinquenta e seis centésimos percentuais) e a média geral mato-grossense, de 2,97% (dois inteiros e noventa e sete centésimos percentuais).





**Gráfico 24 - Evolução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais per capita - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

48. Já a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais, entre 2018 e 2021, pode ser melhor compreendida com os desdobramentos apontados no Quadro 14:

**Quadro 14 - Despesas 2018 a 2021 - Vale de São Domingos – Atualizada pelo IPCA**

Exercício	2018	2019	2020	2021
% das Despesas com Pessoal	39,32%	45,23%	50,53%	42,85%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>R\$ 16.818.803,45</b>	<b>R\$ 18.252.316,83</b>	<b>R\$ 18.657.370,36</b>	<b>R\$ 20.353.938,24</b>
Despesas Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 8.430.501,48	R\$ 8.939.527,92	R\$ 10.502.975,35	R\$ 10.118.747,00
Demais Despesas Correntes	R\$ 8.388.301,97	R\$ 9.312.788,90	R\$ 8.154.395,01	R\$ 10.235.191,24
<b>População (IBGE)</b>	<b>3.128</b>	<b>3.127</b>	<b>3.126</b>	<b>3.124</b>
<b>Despesa de Pessoal per capita - R\$ 1,00</b>	<b>R\$ 2.695,17</b>	<b>R\$ 2.858,82</b>	<b>R\$ 3.359,88</b>	<b>R\$ 3.239,04</b>

Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### 2.1.2.1.1. Investimentos

Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

49. A série histórica da despesa com investimento, no período de 2018 a 2021, revela crescimento no percentual investido; conforme se observa no Quadro 15.



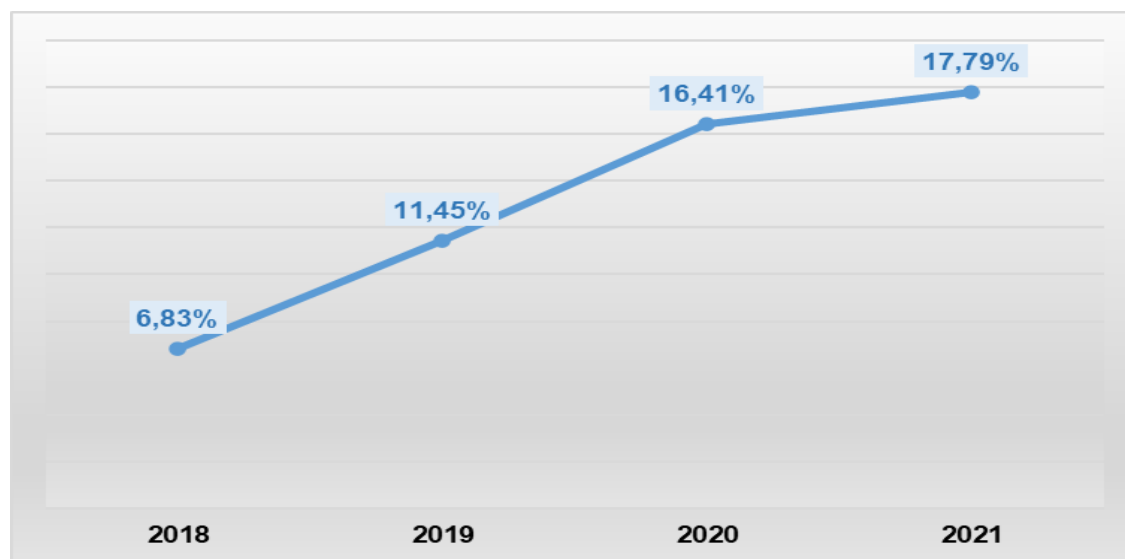


### Quadro 15 - Despesa de Investimento em Relação à Despesa Total – Atualizada pelo IPCA

	2018	2019	2020	2021
Investimento – R\$	1.264.755,04	2.359.628,68	3.736.383,53	4.512.461,67
Despesa Total – R\$ (Excluída Intraorçamentária)	18.516.252,92	20.611.945,51	22.771.440,90	25.361.939,55
<b>% de Investimento/Despesa</b>	<b>6,83%</b>	<b>11,45%</b>	<b>16,41%</b>	<b>17,79%</b>
Despesa com investimento per capita - R\$	404,33	754,60	1.195,26	1.444,45
% variação Investimento per capita	-	86,63%	58,40%	20,85%
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios do Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes	603,66	619,42	987,07	1.070,10
R\$ - Média de Despesa com Investimento per capita dos municípios de MT	334,62	366,42	558,10	576,42

Fontes: [Site TCE MT \(Contas Anuais\)](#) e [Sistema Aplic - Atualizado em 27/07/2022](#)

### Gráfico 25 - Despesa de investimento x Despesa Total



Fonte: [Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022](#)

50. As despesas liquidadas com investimento, realizadas pelo Município, no exercício de 2021, totalizaram R\$ 4.344.891,09 (quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e nove centavos) com a distribuição por função demonstrada no Quadro 16:





### Quadro 16 - Despesas Liquidadas com Investimento

FUNÇÕES	Despesas Liquidadas com Investimento	% (relativo ao total da despesa liquidada com investimento)
04 - Administração	2.816.461,29	1,57%
17 - Saneamento	576.735,44	0,10%
15 - Urbanismo	417.549,28	64,82%
10 - Saúde	299.000,00	9,61%
27 - Desporto e Lazer	114.305,47	0,00%
12 - Educação	68.186,46	13,27%
25 - Energia	42.276,96	0,00%
20 - Agricultura	5.315,27	6,88%
26 - Transporte	4.550,00	0,00%
06 - Segurança Pública	437,00	0,00%
01 - Legislativa	73,92	0,01%
08 - Assistência Social	0,00	0,97%
13 - Cultura	0,00	2,63%
28 - Encargos especiais	0,00	0,12%
<b>Total</b>	<b>4.344.891,09</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### 3. Resultados da Execução Orçamentária:

51. Comparando a receita estimada com a receita efetivamente arrecadada, verifica-se **excesso** de **59,02%** (cinquenta e nove inteiros e dois centésimos percentuais) na arrecadação. A despesa autorizada, comparada à despesa realizada, apresenta **economia** orçamentária de **5,58%** (cinco inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais), conforme demonstra o Quadro 17:

### Quadro 17 - Comparativo entre Orçado e Executado - R\$ (excluídas as intraorçamentárias)

Receita Estimada	16.772.200,00	Despesa Autorizada	26.862.157,55
Receita Arrecadada	26.671.408,28	Despesa Realizada	25.361.939,55
<b>Excesso na Arrecadação</b>	<b>9.899.208,28</b>	<b>Economia Orçamentária</b>	<b>1.500.218,00</b>
<b>% da prevista</b>	<b>59,02%</b>	<b>% da autorizada</b>	<b>5,58%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





52. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas do Município de Vale de São Domingos, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se superávit no resultado orçamentário equivalente a **11,01%** (onze inteiros e um centésimo percentual) da receita, considerando os Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro 18:

### Quadro 18 - Resultado Orçamentário

Especificação	Resultado Orçamentário
Receitas Arrecadadas Consolidadas	26.671.408,28
Receita Intraorçamentária	778.456,38
(-) Receita RPPS	1.499.797,20
<b>Total da Receita Arrecadada para fins de Resultado Orçamentário (a)</b>	<b>25.950.067,46</b>
Despesas Realizadas Consolidadas	25.361.939,55
Despesa Intraorçamentária	679.868,04
(-) Despesa RPPS	539.366,54
<b>Total da Despesa Realizada para fins de Resultado Orçamentário (b)</b>	<b>25.502.441,05</b>
<b>Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (c)</b>	<b>2.066.043,90</b>
<b>Resultado Orçamentário (Superávit / Déficit) - d=(a - b + c)</b>	<b>2.513.670,31</b>
<b>%Resultado Orçamentário/ RCL</b>	<b>11,01%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais –Atualizado em 27/07/2022

53. Ao analisar o histórico da execução orçamentária do Município, entre 2018 e 2021, não considerando os atenuantes da RN 43/2013, verifica-se superávit no resultado orçamentário, exceto em 2019, conforme demonstrado no Quadro 19:

### Quadro 19 - Histórico da Execução Orçamentária - R\$ - Atualizada pelo IPCA

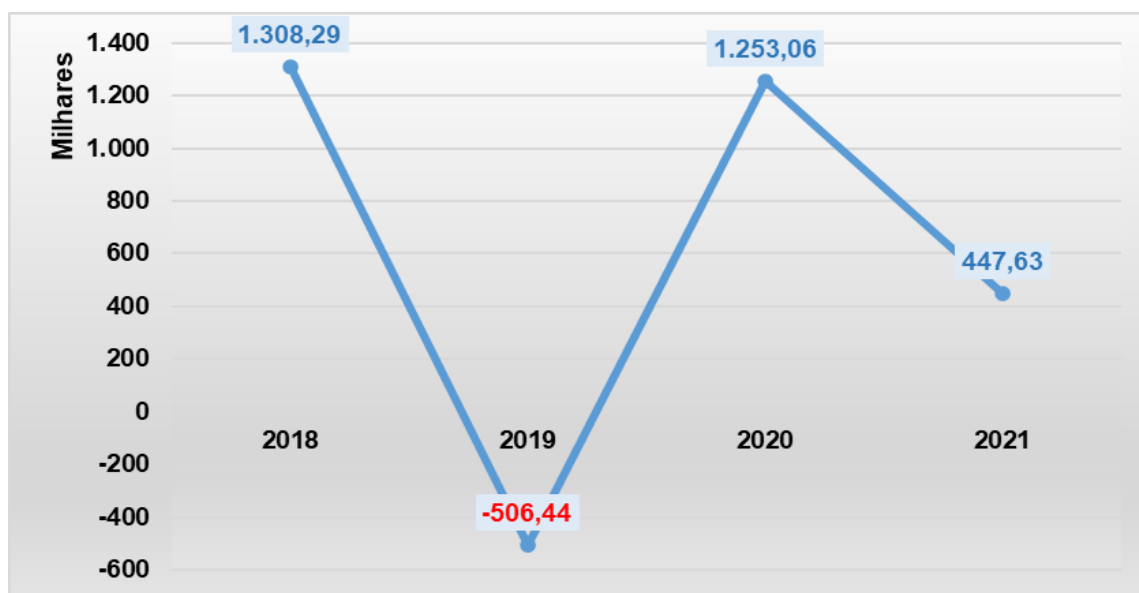
Descrição	2018	2019	2020	2021
(a) Receita Arrecadada Consolidadas	21.191.094,66	21.309.021,01	25.867.866,24	27.449.864,66
(b) Receita RPPS (-)	1.316.700,49	1.205.998,19	1.549.830,48	1.499.797,20
<b>(c= a-b) Total das Receitas Arrecadadas Ajustadas</b>	<b>19.874.394,17</b>	<b>20.103.022,83</b>	<b>24.318.035,76</b>	<b>25.950.067,46</b>
(d) Despesas Realizadas Consolidadas	19.167.149,69	21.263.977,49	23.592.589,16	26.041.807,59
(e) Despesa RPPS (-)	601.049,50	654.514,68	527.613,98	539.366,54
<b>(f= d-e) Total das Despesas Realizadas Ajustadas</b>	<b>18.566.100,19</b>	<b>20.609.462,81</b>	<b>23.064.975,18</b>	<b>25.502.441,05</b>
<b>(g= c-f) Resultado Orçamentário</b>	<b>1.308.293,98</b>	<b>-506.439,98</b>	<b>1.253.060,58</b>	<b>447.626,41</b>

Fonte: Site TCE(Contas Anuais) e Sistema Aplic (anexo 13 consolidado) – Atualizado em 27/07/2022





Gráfico 26 - Resultado Orçamentário – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 4. Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial):

Determina a relação, no curto prazo, entre o montante de recursos disponíveis e o quanto a administração deve pagar. Por curto prazo, entende-se o período menor que um ano calendário.

54. Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras, em 2021, constata-se que o Poder Executivo apresentou suficiência financeira para saldar os compromissos de curto prazo, correspondentes a **492,63%** (quatrocentos e noventa e dois inteiros e sessenta e três centésimos percentuais) sobre o total das obrigações; ou seja, dispõe de **R\$ 4,93** (quatro inteiros e noventa e três centésimos percentuais) para cada **R\$ 1,00** (um real) de obrigações de curto prazo. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta, a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de **1407,22%** (um mil quatrocentos e sete inteiros e vinte e dois centésimos percentuais), em relação às obrigações, conforme demonstra o Quadro 20:





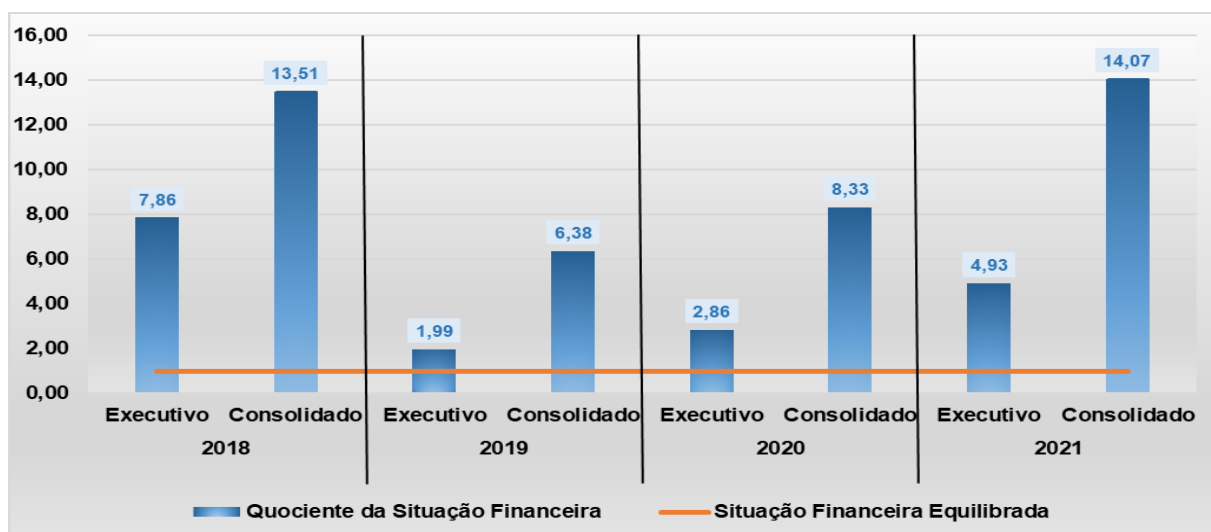
## Quadro 20 - Resultado Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA + RPPS	PREFEITURA
Ativo Financeiro -R\$	11.887.216,92	8.300.247,34	3.586.969,58
Passivo Financeiro - R\$	844.731,97	116.609,18	728.122,79
<b>Resultado Financeiro (Superávit / Déficit)</b>	<b>11.042.484,95</b>	<b>8.183.638,16</b>	<b>2.858.846,79</b>
<b>Quociente da Situação Financeira</b>	<b>14,07</b>	<b>71,18</b>	<b>4,93</b>
<b>% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações</b>	<b>1407,22%</b>	<b>7118,01%</b>	<b>492,63%</b>
<b>% Resultado Financeiro / RCL</b>	<b>48,35%</b>	<b>0,00%</b>	<b>12,52%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

55. A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2018 a 2021, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade financeira suficiente, para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos, quando incluídos os restos a pagar não processados no último exercício, conforme se observa no Gráfico 27:

### Gráfico 27 - Quociente da Situação Financeira - Município - 2018 a 2021



Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

## 5. Dívida Pública:

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)<sup>5</sup> define a dívida pública como sendo os Compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de empréstimo a

<sup>5</sup> [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_d.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp)





longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e fluante ou não consolidada.

56. A Dívida Pública do Município, em 31/12/2021, totalizava R\$ 1.923.818,97 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e sete centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada, como está demonstrado no Quadro 21:

**Quadro 21 - Dívida Pública**

Títulos	Saldo Final 2020	Movimentação no Exercício				Saldo final 2021
		Inscrição/Atualização	RP não Processado Liquidados e não Pagos	Pagamento	Cancelamento	
<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>	1.324.785,21	2.372.281,77	0,00	2.852.335,01	0,00	844.731,97
Restos a Pagar – Não Processado	412.990,50	276.116,88	0,00	407.071,55	0,00	282.035,83
Restos a Pagar – Processado	886.619,29	94.796,95	0,00	456.597,58	0,00	524.818,66
Depósitos e consignações	25.175,42	2.001.367,94	0,00	1.988.665,88	0,00	37.877,48
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA</b>	1.909.003,52	333.942,73	0,00	1.163.859,25	0,00	1.079.087,00
Operação Crédito Interna	442.136,72	45.642,94	0,00	370.650,84	0,00	117.128,82
RPPS	1.175.108,51	255.739,10	0,00	528.927,67	0,00	901.919,94
INSS	291.758,29	32.560,69	0,00	264.280,74	0,00	60.038,24
<b>TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>3.233.788,73</b>	<b>2.706.224,50</b>	<b>0,00</b>	<b>4.016.194,26</b>	<b>0,00</b>	<b>1.923.818,97</b>

Fontes: Sistema Aplic (prestação de contas), restos a pagar – Atualizado em 27/07/2022

57. A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2018 a 2021, demonstra redução nos dois últimos exercícios, conforme se observa no Quadro 22:

**Quadro 22 - Saldo da Dívida Pública - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA**

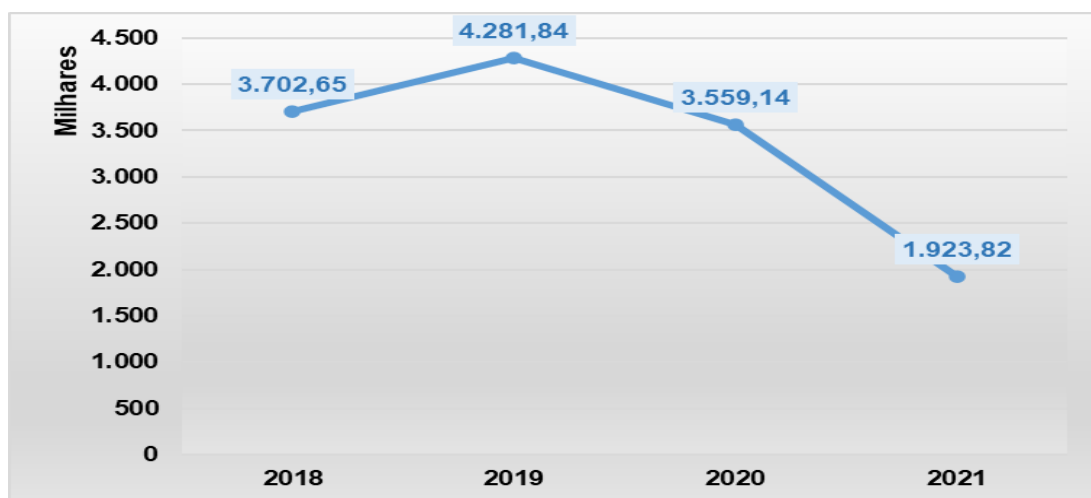
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Saldo da Dívida Pública	3.702.653,61	4.281.844,89	3.559.142,07	1.923.818,97
Variação %	-	15,64%	-16,88%	-45,95%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





**Gráfico 28 - Saldo da Dívida Pública – Atualizada pelo IPCA**

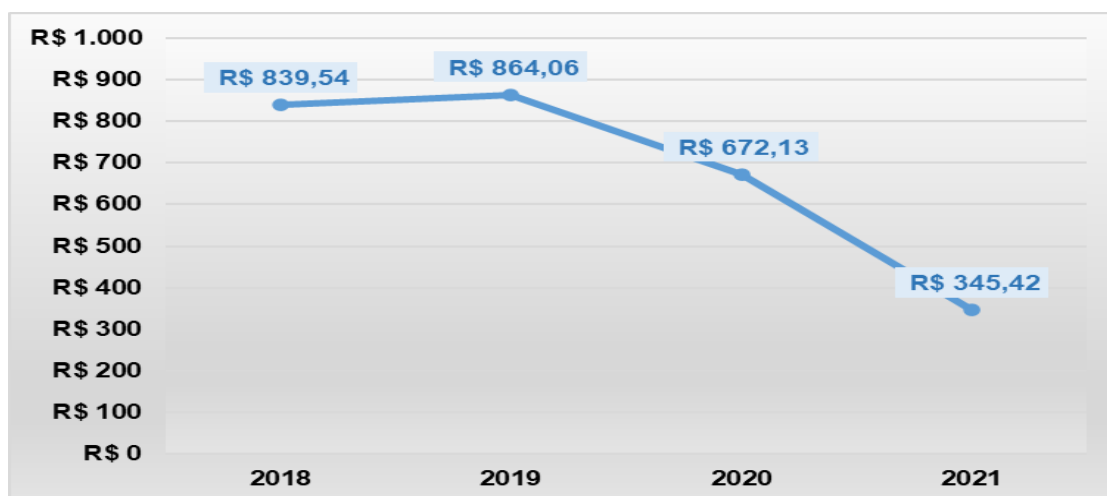


Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### 5.1. Dívida Fundada *per capita*

58. No período de 2018 a 2021, a **Dívida Fundada *per capita*** de Vale de São Domingos apresentou redução nos dois exercícios finais, atingindo o maior montante no exercício de 2019, tendo apresentado **decréscimo** na ordem de **58,86%** (cinquenta e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais), nesse período.

**Gráfico 29 - Indicador de Dívida Fundada *per capita* em Reais - Município - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





59. Ao estudar a relação Estoque da Dívida Pública/Receita Corrente, verifica-se aumento no período de 2018 a 2021. Esse indicador apresentou o menor percentual no exercício de 2021, de 4,58%, (quatro inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais), e o maior em 2019, 13,51% (treze inteiros e cinquenta e um centésimos percentuais).

### Gráfico 30 - Relação Dívida Fundada / Receita Corrente – Atualizada pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022

## 6. Limites Constitucionais e legais:

### 6.1. Educação

#### 6.1.1. Aplicação na Educação (art. 212, da C.F.)

60. A Administração Municipal aplicou, durante o exercício de 2021, o montante de **R\$ 3.818.051,49** (três milhões, oitocentos e dezoito mil e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondentes a **21,42%** (vinte e um inteiros e quarenta e dois centésimos percentuais) do total da receita proveniente de impostos municipais e das transferências, estadual e federal.

61. A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação teve a seguinte formação discriminada nos Quadros 23 e 24:





### Quadro 23 - Receitas com Percentual Vinculado à Educação

	Valor
<b>Receita Tributária</b>	<b>1.485.646,93</b>
IRRF	433.954,44
IPTU	285,00
ITBI	188.585,46
ISSQN	862.822,03
Dívida Ativa Proveniente de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	4.005,00
Juros e multas provenientes de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	26,08
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	1.990,45
<b>Transferências Correntes</b>	<b>16.325.688,76</b>
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.887.458,97
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	389.548,18
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	344.106,43
Cota Parte ICMS	6.164.576,34
Cota-Parte ITR	357.996,66
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	181.613,39
Cota Parte IOF s/ ouro – Imposto sobre Operações Financeiras	388,79
<b>Base de Cálculo</b>	<b>17.817.357,22</b>
<b>Valor Mínimo (25%) (Art. 212 , CF)</b>	<b>4.454.339,31</b>
<b>TOTAL APLICADO EM 2021 (R\$)</b>	<b>3.818.051,49</b>
<b>TOTAL APLICADO EM 2021 (%)</b>	<b>21,42%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### Quadro 24 - Despesas Realizadas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Despesas	Valor
(+) Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de Recursos 00 - Recursos Ordinários e 01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação (MDE). Função 12 – Educação. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 Exceto elementos 01, 03, 91 e 97	862.083,45
(+) Valor retido referente ao FUNDEB. (Conta contábil 62131010000)	3.110.884,77
(-) Receitas Recebidas do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros	-3.044.194,34
(h) Despesas empenhadas com recursos do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros	2.963.002,81
(-) Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica)	-73.725,20
<b>(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos</b>	<b>3.818.051,49</b>
<b>Total da Receita Base</b>	<b>17.817.357,22</b>
<b>Percentual sobre a Receita Base (k)</b>	<b>21,42%</b>
<b>Situação (L)</b>	<b>Irregular</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





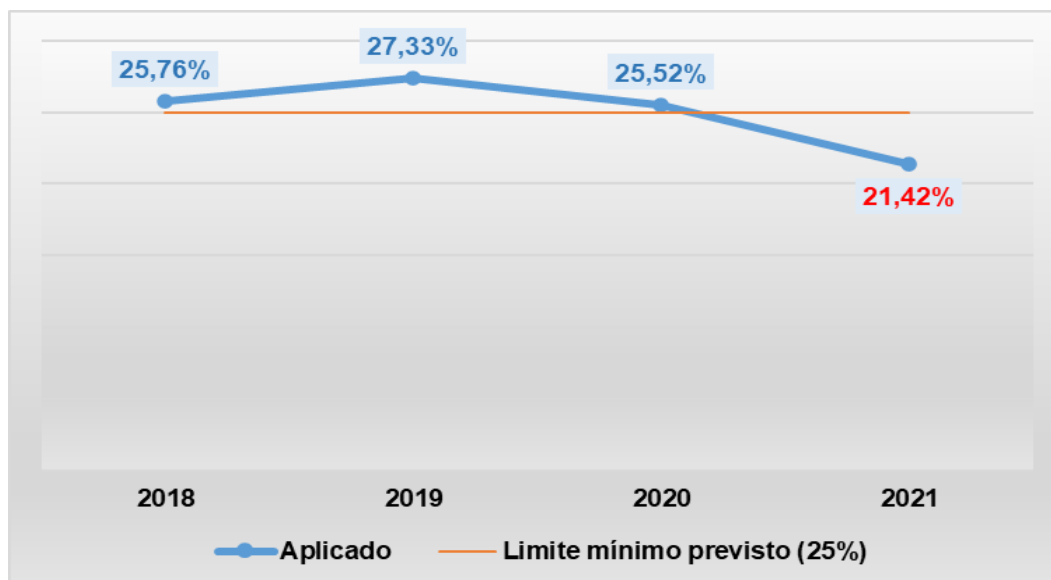
62. A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2018 a 2021, indica que a Administração Municipal de Vale de São Domingos vem cumprindo a exigência constitucional, exceto em 2021, como se pode observar no Quadro 25:

**Quadro 25 - Aplicação na Educação (art. 212 CF) - 2018 a 2021**

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor Mínimo Fixado	25,00%			
Aplicado	25,76%	27,33%	25,52%	21,42%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

**Gráfico 31 - % Aplicado na Educação**



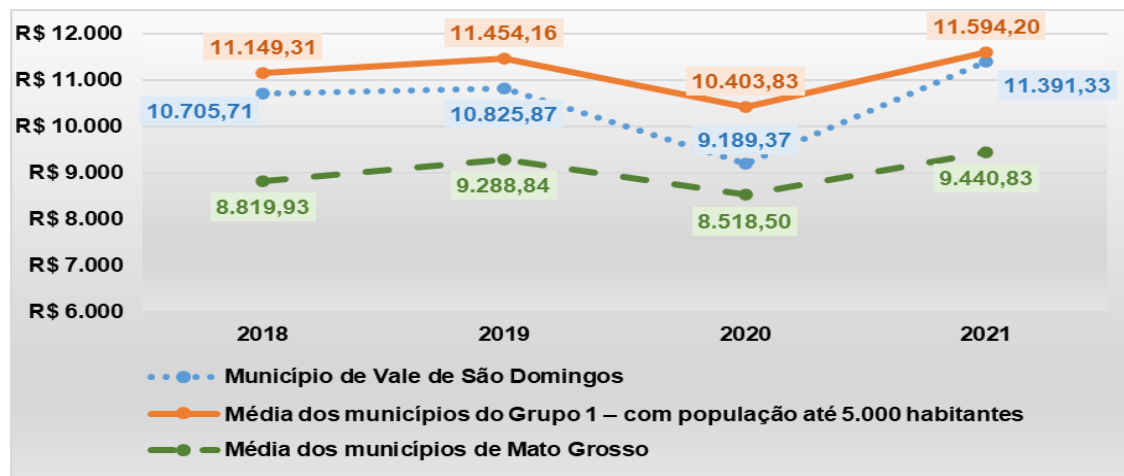
Fonte: Sistema Aplic, Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

63. O gráfico 32 demonstra o investimento em educação, por aluno, feito pelo Município de Vale de São Domingos. Nos anos de 2018 a 2021, o município manteve-se abaixo da média dos municípios do Grupo 1, e acima da média dos municípios de Mato Grosso.





### Gráfico 32 - Investimentos em Educação por Aluno - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 6.1.2. Contribuição e Receitas na Educação Básica

64. A contribuição para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB alcançou o montante de **R\$ 3.110.884,77** (três milhões, cento e dez mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos). A receita proveniente do Fundo totalizou **R\$ 3.030.647,07** (três milhões, trinta mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sete centavos), nos termos da Lei n.º 11.494/2007.

#### Quadro 26 - Contribuição e Receitas do FUNDEB

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	3.030.647,07
Retenção - FUNDEB	3.110.884,77
Diferença	-80.237,70

Fontes: Site TCE MT(Contas Anuais)

#### 6.1.3. Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação:

65. Dos recursos recebidos em razão do FUNDEB, **69,28%** (sessenta e nove inteiros e vinte e oito centésimos percentuais) foram utilizados na remuneração dos profissionais/professores da rede pública de ensino.





### Quadro 27 - Cálculo do Limite Constitucional da Remuneração dos Profissionais do Magistério

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
A) Valor da receita do FUNDEB	3.030.647,07
B) Rendimento Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	13.547,27
(C) Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	2.108.882,51
<b>(D) % da aplicação s/ a receita do FUNDEB (C/(A+B))</b>	<b>69,28%</b>
<b>Percentual aplicado (acima ou abaixo) do limite</b>	<b>-0,72%</b>

Fontes: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

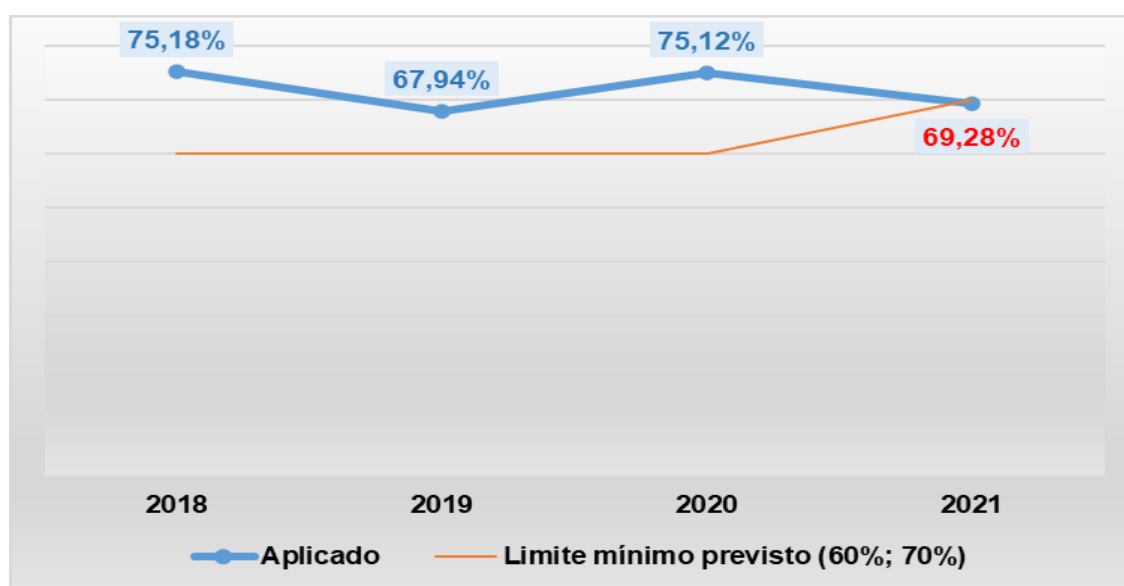
66. Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no período de 2018 a 2021, é possível concluir que o Município investiu em percentual superior ao estabelecido em lei na remuneração dos educadores, exceto em 2021, está ilustrado no Quadro 28:

### Quadro 28 - Remuneração dos Profissionais do Magistério (%) - 2018 a 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor mínimo fixado		60,00%		70,00%
<b>Aplicado</b>	<b>75,18%</b>	<b>67,94%</b>	<b>75,12%</b>	<b>69,28%</b>

Fontes: [Site TCE MT\(Contas Anuais\)](#)

### Gráfico 33 - % Aplicado na Remuneração do Magistério



Fonte: [Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022](#)





## 6.2. Saúde:

67. Vale de São Domingos aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, em 2021, o montante de **R\$ 3.278.672,61** (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos), correspondentes a **19,19%** (dezenove inteiros e dezenove centésimos percentuais) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.

### Quadro 29 - Receitas com Percentual Vinculado à Saúde

	Valor
<b>Receita Tributária</b>	<b>1.485.646,93</b>
IRRF	433.954,44
IPTU	285,00
ITBI	188.585,46
ISSQN	862.822,03
Dívida Ativa Proveniente de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	4.005,00
Juros e multas provenientes de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	26,08
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa de Impostos (IPTU, ITBI e ISS)	1.990,45
Transferências Correntes	15.591.645,36
Cota-Parte FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.887.458,97
Cota Parte ICMS	6.164.576,34
Cota-Parte ITR	357.996,66
Cota Parte IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	181.613,39
<b>Base de Cálculo</b>	<b>17.083.313,82</b>
Valor Mínimo (15%)	<b>2.562.497,07</b>
<b>TOTAL APLICADO EM 2021 (R\$)</b>	<b>3.278.672,61</b>
<b>TOTAL APLICADO EM 2021 (%)</b>	<b>19,19%</b>
Estimativa de População do Município - IBGE – 2021	3.124
Despesa com Saúde (por habitante)	1049,51

Fontes: IBGE e Site TCE MT(Contas Anuais)





### Quadro 30 - Despesas Realizadas com a Saúde - R\$

DESPESAS	Valor
(+) Total da Despesa Empenhada na Função 10 – Saúde. (Fonte/destinação de Recursos 00 e 02)	3.285.373,55
(-) Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira	-6.700,94
<b>(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde</b>	<b>3.278.672,61</b>
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>19,19%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

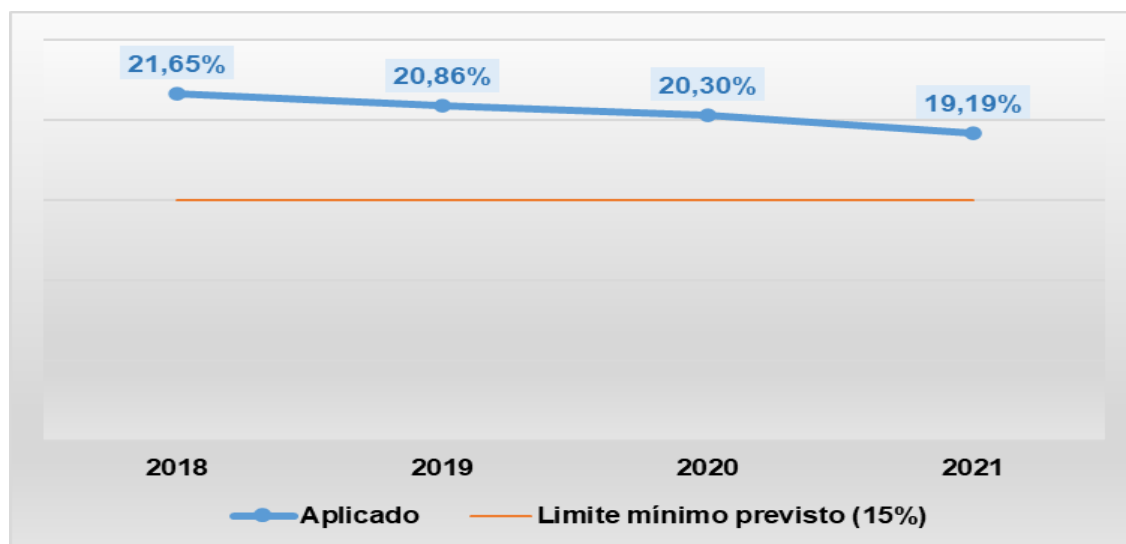
68. Os gastos com ações e serviços públicos de saúde, no período de 2018 a 2021, atenderam à exigência constitucional e superaram o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado no Quadro 31:

### Quadro 31 - Gastos com Saúde (%) - 2018 a 2021

Ano	2018	2019	2020	2021
Valor mínimo fixado	15,00%			
<b>Aplicado</b>	<b>21,65%</b>	<b>20,86%</b>	<b>20,30%</b>	<b>19,19%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### Gráfico 34 - % Aplicado na Saúde



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

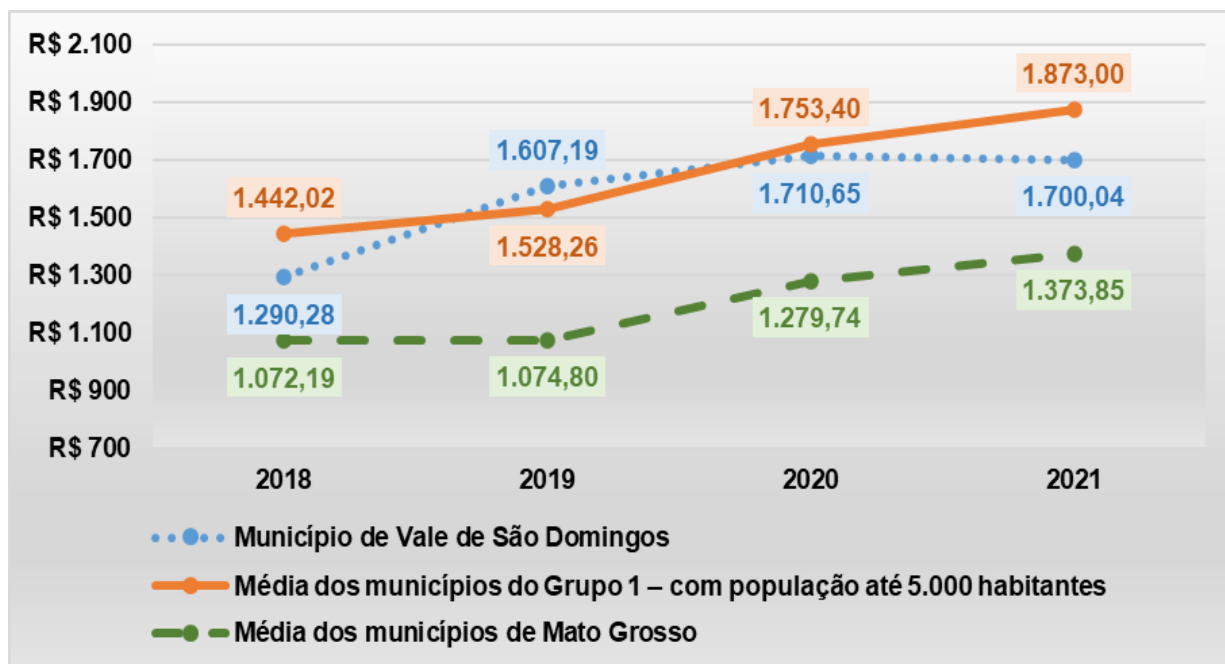
69. A série histórica da despesa realizada com **saúde per capita** pelo Município de Vale de São Domingos, no período de 2018 a 2021, indica crescimento até 2020. No





entanto, ficou abaixo da média do Grupo 1, exceto em 2019 e acima da média estadual, em todo o período, conforme se pode observar no Gráfico 35:

**Gráfico 35 - Despesa com Saúde *per capita* - 2018 a 2021 – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### 6.3. Gasto com Pessoal:

#### 6.3.1. Despesa com Pessoal do Poder Executivo

70. A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 9.785.124,08** (nove milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e oito centavos), correspondentes a **42,84%** (quarenta e dois inteiros e oitenta e quatro centésimos percentuais) do total da Receita Corrente Líquida. Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento), fixado pelo art. 20, inc. III, alínea b da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF conforme Quadro 32:





### Quadro 32 - Base de Cálculo: Pessoal - RCL

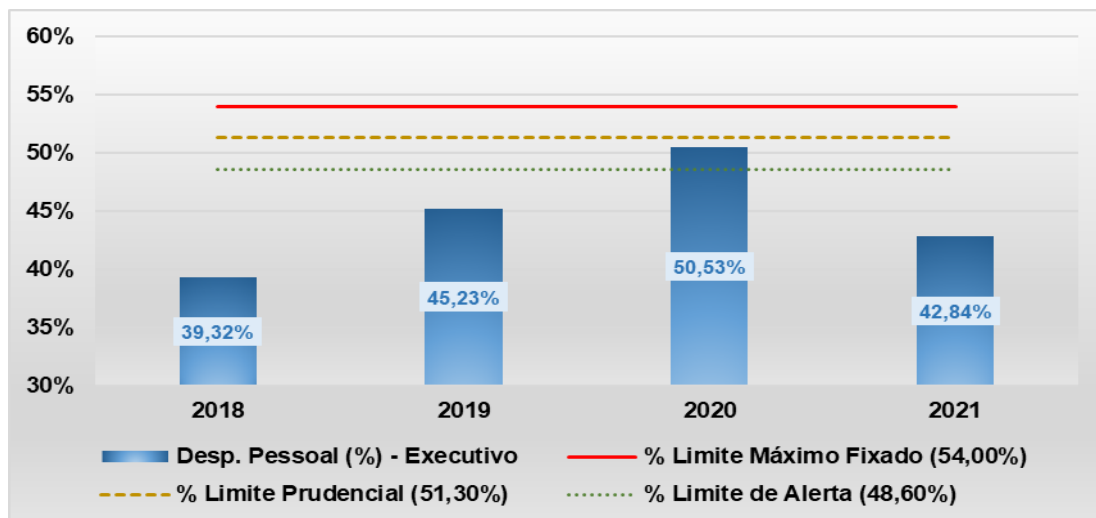
Base de Cálculo: Pessoal - RCL	
	Balanco
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.558.181,82</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.510.369,02</b>
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	433.954,44
IPTU	6.297,25
ITBI	188.585,46
ISSQN	862.831,31
Taxas	18.700,56
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>874.759,22</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>104.744,15</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>39.183,50</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>24.131.939,66</b>
Transferências da União	12.918.505,19
Transferências do Estado	8.182.787,40
Transferência FUNDEB	3.030.647,07
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>8.071,04</b>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	8.071,04
<b>Deduções</b>	<b>-3.110.884,77</b>
FUNDEB	-3.110.884,77
<b>DEDUÇÕES - RPPS (segurado); Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários</b>	<b>-720.540,18</b>
<b>DEDUÇÕES - Receita de Aplicação Financeira do RPPS – (Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017)</b>	<b>-800,64</b>
<b>BASE DE CÁLCULO - RCL</b>	<b>22.836.841,00</b>
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	12.331.894,14
<b>Total Gasto com Pessoal em 2021</b>	<b>9.785.124,08</b>
<b>Percentual gasto com Pessoal em 2021</b>	<b>42,84%</b>
Habitantes no município	3.124
Receita Corrente Líquida por Habitante	7.310,13

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





### Gráfico 36 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Poder Executivo



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 6.3.2. Despesa com Pessoal do Município

71. O município aplicou o total de **45,36%** (quarenta e cinco inteiros e trinta e seis centésimos percentuais) da Receita Corrente Líquida na despesa total com pessoal do município, que corresponde ao valor de R\$ 10.360.179,19 (dez milhões, trezentos e sessenta mil, cento e setenta e nove reais e dezenove centavos). Os percentuais aplicados ficaram dentro do limite máximo de 60% (sessenta por cento), fixado pelo art. 19, inc. III da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, como demonstrado nos Quadros 33 e 34:

#### Quadro 33 - Despesa com Pessoal - Consolidado

Descrição	R\$ - Balanço
<b>1 – Despesa Bruta com Pessoal (A)</b>	<b>10.798.615,04</b>
1.1 – Pessoal Ativo	10.360.179,19
1.2 – Pessoal Inativo e Pensionista	438.435,85
<b>2- Despesas não Computadas (B)</b>	<b>438.435,85</b>
2.1 – Inativo e Pensionistas com Recursos Vinculados	438.435,85
<b>Despesa Total com Pessoal C =(A - B)</b>	<b>10.360.179,19</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





### Quadro 34 - Despesa com Pessoal do Município (%)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22.836.841,00	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	13.702.104,60	60,00%
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>10.360.179,19</b>	<b>45,36%</b>
Executivo (Limite máximo: 54%)	9.785.124,08	42,84%
Legislativo (Limite máximo: 6%)	575.055,11	2,51%

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

72. A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período de 2018 a 2021, manteve-se abaixo do valor máximo permitido. Com relação ao percentual dos gastos com pessoal do município, no mesmo período, o resultado situou-se abaixo do limite máximo, conforme se observa no Quadro 35:

### Quadro 35 - Histórico de Despesa com Pessoal (%) - 2018 a 2021

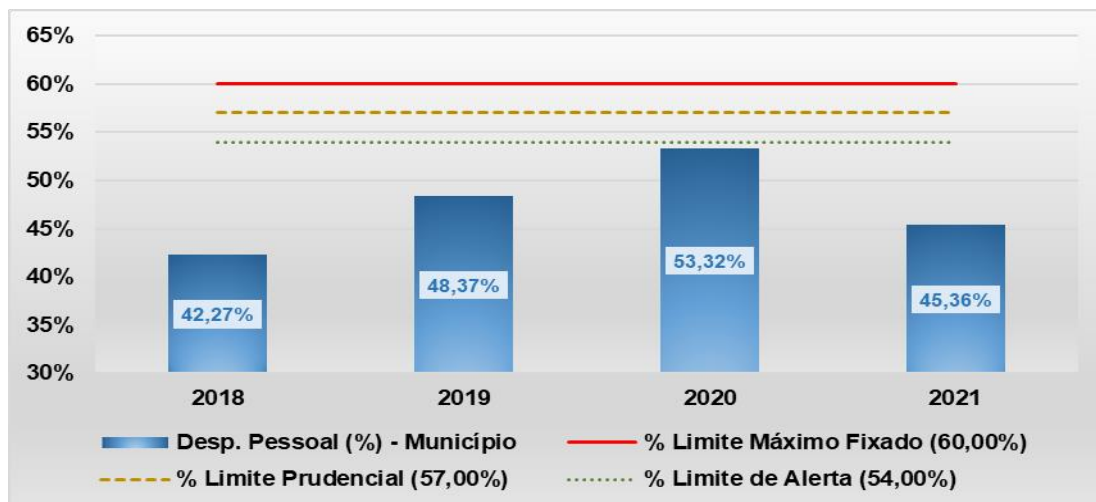
Ano	2018	2019	2020	2021
% máximo fixado (Executivo)	54,00%			
<b>Aplicação - Executivo</b>	<b>39,32%</b>	<b>45,23%</b>	<b>50,53%</b>	<b>42,84%</b>
%r máximo fixado (Município)	60,00%			
<b>Aplicação - Município</b>	<b>42,27%</b>	<b>48,37%</b>	<b>53,32%</b>	<b>45,36%</b>

Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022





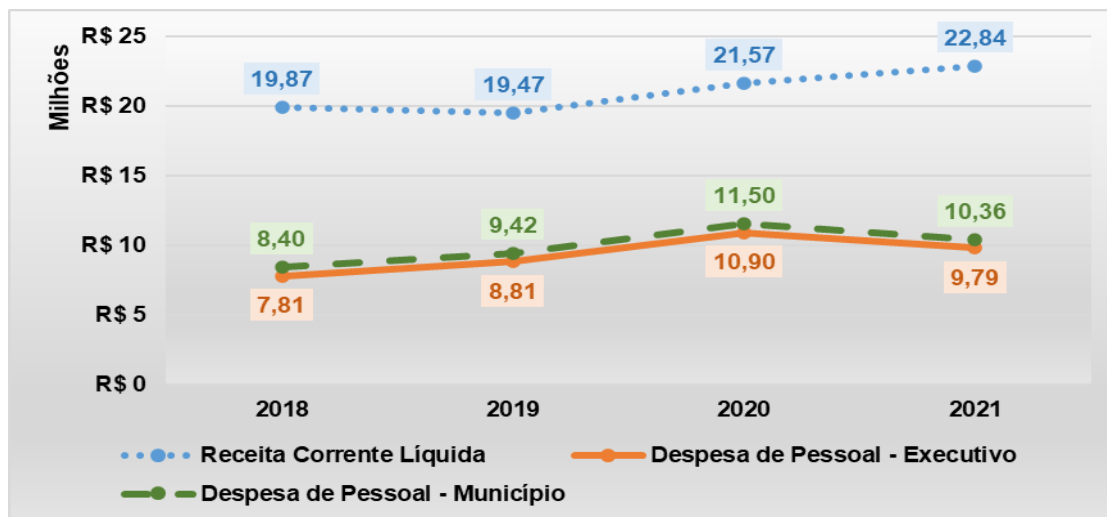
**Gráfico 37 - % Aplicado com Despesa de Pessoal do Município**



Fonte: Sistema Aplic. Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

73. A série histórica da Receita Corrente Líquida e da Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do município no período de 2018 a 2021, está demonstrada no Gráfico 38.

**Gráfico 38 - Evolução da Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal do Poder Executivo e do Município – Atualizada pelo IPCA**



Fonte: Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

#### 6.4. Repasse ao Poder Legislativo:





74. O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o montante de **R\$ 880.000,00** (oitocentos e oitenta mil reais), equivalente a **6,41%** (seis inteiros e quarenta e um centésimos percentuais) da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se, portanto, dentro do limite constitucional, que é de **7%** (sete por cento).

#### Quadro 36 - Repasse para o Legislativo - Art.29-A, CF/88

Repasse (R\$)	Receita Base (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
880.000,00	13.726.519,99	6,41%	7,00%	Regular

Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 31/05/2022](#)

75. A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2018 a 2021, manteve-se dentro do limite máximo permitido, conforme se observa no Quadro 37:

#### Quadro 37 - Repasse para o Legislativo (%) - 2018 a 2021

	2018	2019	2020	2021
Valor máximo fixado	7,00%			
% repassado	6,49%	6,56%	6,30%	6,41%

Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022](#)

### 6.5. Síntese da Observância dos Principais Limites

76. O Quadro 38 sintetiza os percentuais alcançados:





### Quadro 38 - Principais Limites Constitucionais e Legais alcançados

Objeto	Norma	Limite Previsto	Percentual Alcançado
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	CF: Art. 212	Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.	21,42%
Ações e Serviços de Saúde	CF: art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	Mínimo de 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal	19,19%
Despesa Total com Pessoal do Município	LRF: Art. 19, III	Máximo de 60% sobre a RCL	45,36%
Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo	LRF: Art. 20, III, b	Máximo de 54% sobre a RCL	42,84%
Repasse ao Poder Legislativo	CF: Art. 29-A	Máximo de 7% sobre a Receita Base	6,41%
Remuneração do Magistério	Lei 14.276/2021: art.26, §2º.	Mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB	69,28%

## 7. Aspectos Previdenciários

### 7.1. Resultado de Execução Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

77. O financiamento dos regimes próprios é realizado por meio de contribuições dos servidores e do Ente Público. Também, deve basear-se em princípios técnicos para a preservação de seu equilíbrio financeiro e atuarial, para garantir o pagamento dos benefícios futuros devidos por eles aos seus beneficiários/segurados.

78. O equilíbrio financeiro é obtido quando o que se arrecada dos participantes do regime previdenciário (Ente Federativo e seus respectivos servidores) é suficiente para pagar os benefícios assegurados por esse sistema. Por sua vez, o equilíbrio atuarial é alcançado quando os percentuais de contribuição, a taxa de reposição e o período de duração dos benefícios são definidos a partir dos cálculos atuariais, que devem ser observados pelo Ente, mantiverem o equilíbrio financeiro durante todo o período de existência do regime de previdência.

79. Na comparação das receitas arrecadadas com as despesas executadas pelo RPPS, no período de 2018 a 2021, constata-se superávit no resultado orçamentário. Ao





excluir as receitas intraorçamentárias, o resultado de execução orçamentária do RPPS apresenta superávit no resultado orçamentário, exceto em 2019, conforme demonstrado no Quadro 39:

#### Quadro 39 - Resultado da Execução Orçamentária – RPPS – Atualizado pelo IPCA

	2018	2019	2020	2021
Receita Própria RPPS (a)	611.236,42	533.895,70	638.869,07	721.340,82
Receita Intraorçamentária (b)	705.464,07	672.102,48	910.961,42	778.456,38
<b>Receita Orçamentária RPPS - c = (a+b)</b>	<b>1.316.700,49</b>	<b>1.205.998,19</b>	<b>1.549.830,48</b>	<b>1.499.797,20</b>
<b>Despesa Orçamentária RPPS (d)</b>	<b>601.049,50</b>	<b>654.514,68</b>	<b>527.613,98</b>	<b>539.366,54</b>
<b>Resultado Orçamentário - e = (c-d)</b>	<b>715.650,99</b>	<b>551.483,51</b>	<b>1.022.216,51</b>	<b>960.430,66</b>
<b>% da Receita - f = (e/c)</b>	<b>54,35%</b>	<b>45,73%</b>	<b>65,96%</b>	<b>64,04%</b>
<b>Resultado da Execução Orçamentária - RPPS (Excluída Rec. Intraorçamentária)</b>				
<b>Receita Própria RPPS (g)</b>	<b>611.236,42</b>	<b>533.895,70</b>	<b>638.869,07</b>	<b>721.340,82</b>
<b>Despesa Própria RPPS (h)</b>	<b>601.049,50</b>	<b>654.514,68</b>	<b>527.613,98</b>	<b>539.366,54</b>
<b>Resultado Orçamentário - i=(g-h)</b>	<b>10.186,92</b>	<b>-120.618,98</b>	<b>111.255,09</b>	<b>181.974,28</b>
<b>% da Receita - j=(i/g)</b>	<b>1,67%</b>	<b>-22,59%</b>	<b>17,41%</b>	<b>25,23%</b>

Fonte: Sistema Aplic – Atualizado em 27/07/2022

## 7.2. Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos Efetuados

80. O caput do art. 40 e o inc. I do art. 195 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e serão observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como o disposto no artigo supracitado. Além disso, o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

81. De acordo com a referida legislação, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e que o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso no recolhimento das contribuições patronais e dos segurados, é sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.



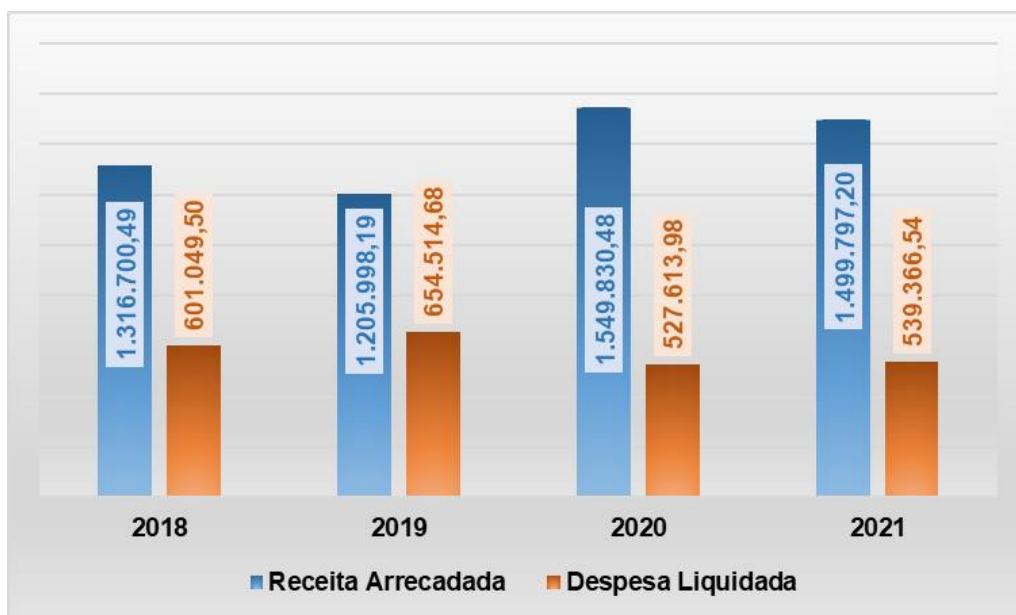


82. Desta forma, ficou constatado a adimplência das contribuições previdenciárias, exercício de 2021, bem como, a existência de parcelamento do Ente pactuado com a Unidade Previdenciária.

### 7.3. Resultado Financeiro

83. A comparação entre a receita arrecadada pelo RPPS e as despesas liquidada, demonstram a composição do resultado corrente do período de 2018 a 2021. Observa-se que em 2021, a receita arrecadada pelo RPPS foi maior que a despesa liquidada em R\$ 960.430,54, conforme o gráfico 39.

**Gráfico 39 - Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas – Atualizado pelo IPCA**



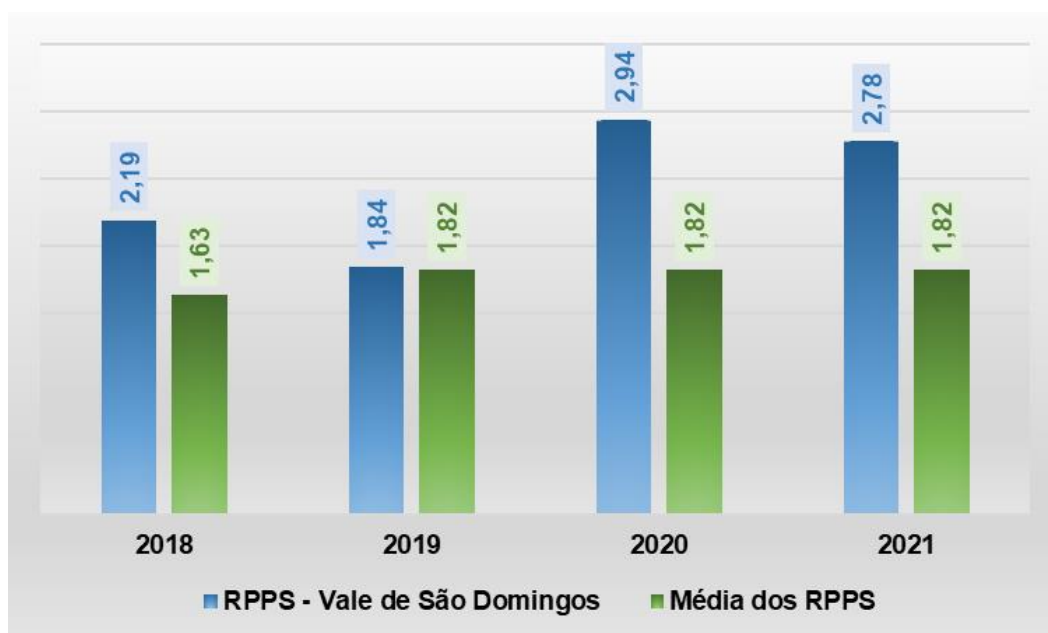
Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

84. A relação receita arrecada e a despesa liquidada em 2021, pelo RPPS de Vale de São Domingos, resultou em um índice de 2,78, ficando superior a média dos RPPS que é de 1,82, conforme o gráfico a seguir





## Gráfico 40 - Índice de Receitas Arrecadadas x Despesas Liquidadas



Fonte: <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/extensions/radarprevidencia/receitadesp.html>

## 8. Indicadores

### 8.1. Carga Tributária *per capita*

85. O indicador de Carga Tributária *per capita* aponta a contribuição de cada habitante para o financiamento do setor público no Município. Em 2021, a Carga Tributária *per capita* de Vale de São Domingos, que é de R\$ 483,47 (quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), esteve abaixo da média dos municípios do Grupo 1, R\$ 710,75 (setecentos e dez reais e setenta e cinco centavos) e abaixo da média dos municípios mato-grossenses, R\$ 961,24 (novecentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos).

86. É legítima a tese de que quanto maior a eficácia tributária, em que a administração pública conjuga o exercício da competência de instituir com o dever de arrecadar o tributo, maior será a possibilidade de promoção da justiça fiscal.



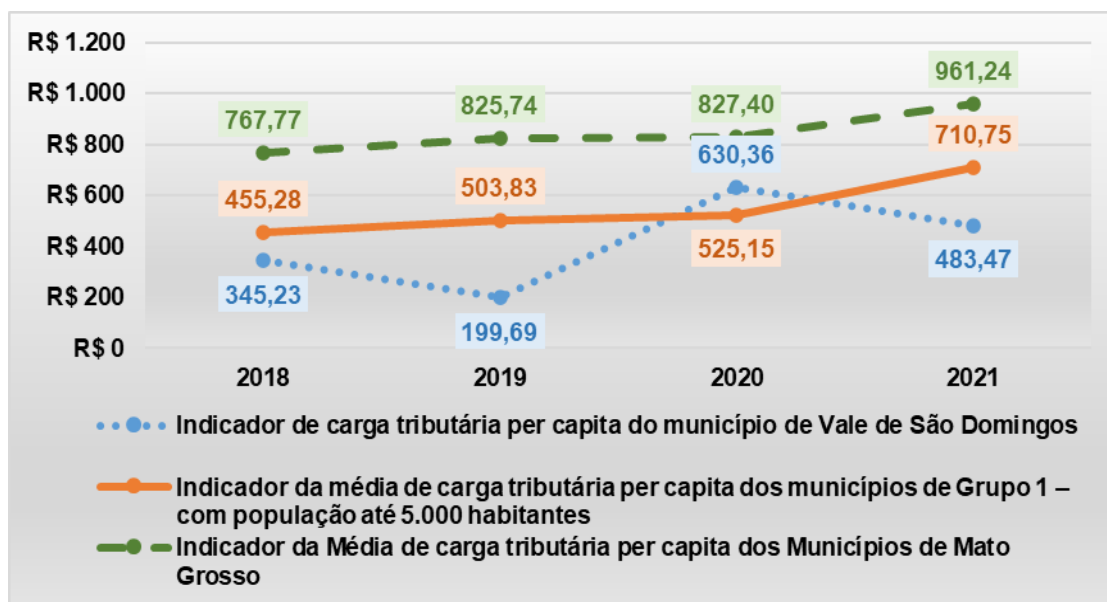


87. Inclusive, a expressiva distância entre a menor e a maior carga demonstrada nesse ranking merece atenção por parte dos governos municipais, para verificar a relação existente entre seus indicadores de carga e os indicadores de eficácia tributária.

88. O tema envolve grande complexidade e este não é o instrumento adequado ou mesmo oportuno, para o seu estudo. Entretanto, sob a ótica do cidadão, a carga tributária ideal é aquela em que rigorosamente todo indivíduo contribui, no limite da sua capacidade, para que a arrecadação seja suficiente para realizar os serviços e os investimentos necessários ao bom desempenho das políticas públicas.

89. Esses indicadores demonstram que o Município de Vale de São Domingos, mesmo estando abaixo da média do Grupo 1, exceto em 2020, e inferior à média estadual, implementou políticas para o aumento da arrecadação de Receita Própria Tributária, no período de 2018 a 2021, tendo aumentado em 40,04% (quarenta inteiros e quatro centésimos percentuais) a Carga Tributária per capita, como se pode observar no Gráfico 41.

**Gráfico 41 - Indicador de Carga Tributária *per capita* - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA**



Fonte: [Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022](#)





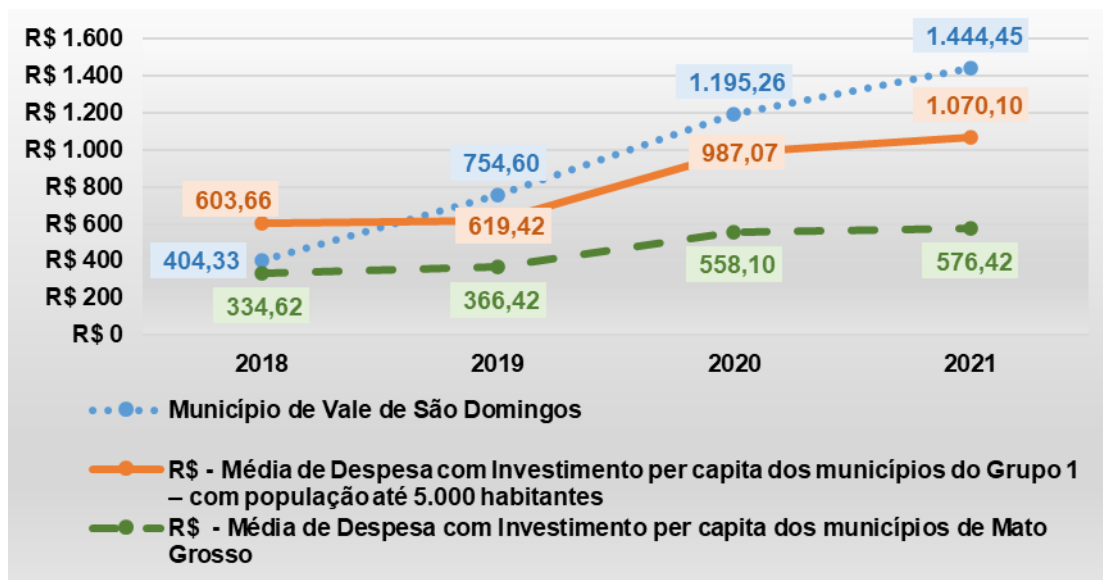
## 8.2. Investimento *per capita*

São despesas realizadas com o propósito de criar bens patrimoniais ou de uso da população, ou seja, são destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. O indicador demonstra qual o montante de despesa realizada de investimento por habitante.

90. Nesse indicador, Vale de São Domingos obteve resultado superior ao da média dos municípios do Grupo 1, R\$ 1.070,10 (um mil e setenta reais e dez centavos), apresentando resultado de R\$1.444,45 (um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) de investimento per capita; o resultado ficou acima da média dos municípios de mato-grossenses que é R\$ 576,42 (quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

91. O Gráfico 42 demonstra os valores de investimento, pelo município, per capita, no período de 2018 a 2021.

**Gráfico 42 - Despesa com Investimento *per capita* - 2018 a 2021 – Atualizado pelo IPCA**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

92. Esses indicadores demonstram que houve crescimento, nos índices de investimento per capita. O ápice ocorreu no exercício de 2021, quando foram aplicados R\$1444,45 (um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

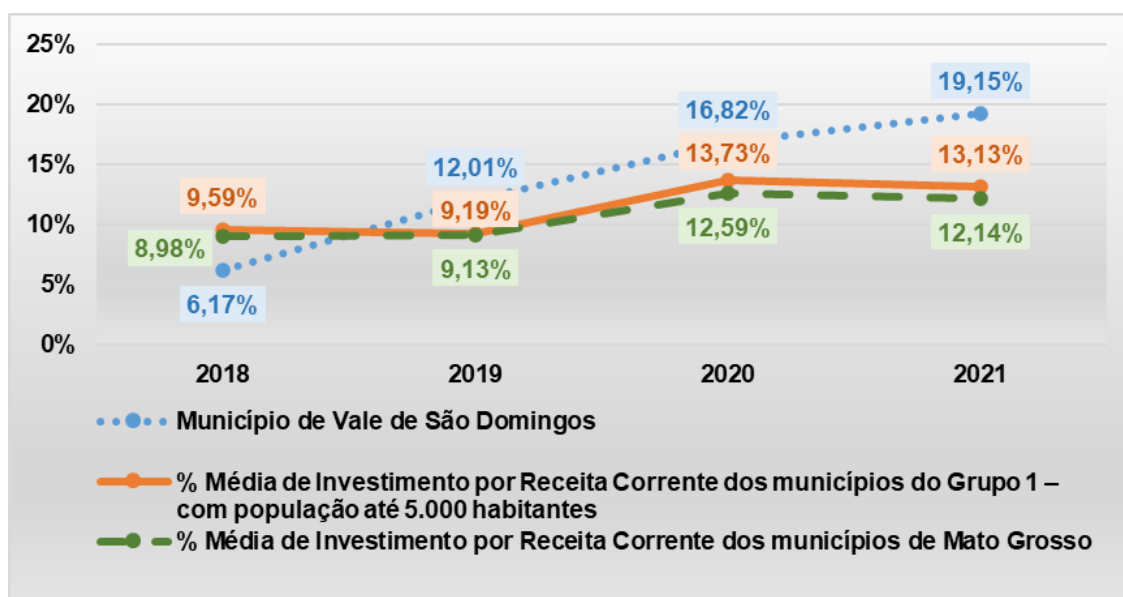




Nesse período, o acréscimo no investimento per capita foi de 257,24% (duzentos e cinquenta e sete inteiros e vinte e quatro centésimos percentuais).

93. Quando comparado às receitas correntes, verifica-se que o investimento apresentou trajetória similar, pois, em 2018, representava 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos percentuais), tendo atingido, em 2021, 19,15% (dezenove inteiros e quinze centésimos percentuais) da receita corrente.

**Gráfico 43 - % de Investimento por Receitas Correntes - 2018 a 2021**



Fonte: Sistema Aplic e Contas Anuais – Atualizado em 27/07/2022

### 8.3. Indicador de Poupança Corrente

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes<sup>6</sup>.

A avaliação da capacidade de pagamento dos entes, realizada pelo Tesouro Nacional, é parte da sistemática observada pela STN quando analisa a concessão de garantia da União aos entes subnacionais. Nesse sentido, é pré-requisito para concessão de aval para contratação de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios. A alteração da metodologia da CAPAG faz parte de um amplo processo de modernização do sistema de garantias para torná-lo mais eficiente, seguro e transparente, assegurando que os Entes apenas celebrem contratos de operação de crédito em volumes sustentáveis.

6

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/590946/CPU\\_MODULO\\_17\\_Sustentabilidade\\_fiscal\\_dos\\_entes\\_subnacionais.pdf/ce8d792b-f429-47d7-9162-7def228c0eaa](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/590946/CPU_MODULO_17_Sustentabilidade_fiscal_dos_entes_subnacionais.pdf/ce8d792b-f429-47d7-9162-7def228c0eaa)





Ela será o principal indicador de saúde fiscal utilizado pelo Tesouro Nacional para definir a trajetória de endividamento dos Entes<sup>7</sup>.

94. De acordo com a Portaria nº 501/2017, cada indicador econômico-financeiro, ou seja, a cada indicador de endividamento, poupança corrente e liquidez, será atribuída uma letra – A, B ou C – que representará a classificação parcial do ente naquele indicador, ressaltando que quanto menor o indicador melhor a classificação.

95. O Indicador de Poupança Corrente é um dos três indicadores econômico-financeiros utilizados análise de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), implementado pela referida portaria, cujo cálculo baseia-se na média ponderada, na relação entre despesa corrente e Receita Corrente Ajustada (liq. Fundeb) dos últimos três exercícios, com os pesos 0,20, 0,30 e 0,50, para os exercícios de 2019 a 2021, respectivamente, e será avaliado conforme discriminado no Quadro 40.

#### Quadro 40 - Critérios de Classificação do Indicador de Poupança Corrente

INDICADOR	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Poupança Corrente - PC	PC < 90%	A
	90% ≤ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C

96. O Indicador de Poupança Corrente presente neste relatório, está baseado nos critérios e metodologias estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No entanto, as informações utilizadas para seu cálculo são extraídas do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

97. O Município de Vale de São Domingos, no período de 2019 a 2021, ficou pior que a média do Grupo 1, 85,67% (oitenta e cinco inteiros e sessenta e sete centésimos percentuais) e pior que a média estadual, 83,98% (oitenta e três inteiros e noventa e oito centésimos percentuais), tendo alcançado 86,65% (oitenta e seis inteiros e sessenta e cinco centésimos percentuais) de Poupança Corrente, e obtido, assim, classificação A. Com relação ao exercício de 2021, sua capacidade de Poupança Corrente melhorou

<sup>7</sup> <http://tesouro.gov.br/sistemagarantiauniao>





para 86,4% (oitenta e seis inteiros e quarenta centésimos percentuais), não alterando sua classificação A, como se observa no Quadro 41.

**Quadro 41 - Indicador de Poupança Corrente**

Município de Vale de São Domingos (2019-2021)	Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes (2019-2021)	Média Estadual (2019-2021)	Classificação do Município de Vale de São Domingos (2019-2021)	Município de (2021)	Classificação do Município de (2021)
86,65%	85,67%	83,98%	A	86,40%	A

#### 8.4. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

98. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. Atualmente, os principais objetivos do CAGED são: a) acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa do empregado; b) estabelecer medidas contra o desemprego e dar assistência aos desempregados; c) subsidiar a fiscalização do trabalho; Viabilizar o Pagamento do Seguro-Desemprego; e) atender à Reciclagem Profissional e a recolocação no mercado de trabalho (Intermediação); f) compor o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais; e g) gerar estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho celetista.

99. A série histórica de 2018 a 2021 do Município de Vale de São Domingos, revela que houve aumento do emprego formal até 2020, como informa o Quadro 42:

**Quadro 42 - Flutuação do Emprego Formal - 2018 a 2021**

Ano	Município		Variação Absoluta (a-b)
2018	admissões (a)	51	7
	desligamentos (b)	44	
2019	admissões (a)	78	8
	desligamentos (b)	70	
2020	admissões (a)	78	14
	desligamentos (b)	64	
2021	admissões (a)	83	-1
	desligamentos (b)	84	

Fonte: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

OBS: Ano 2021 – Base – set/21





100. O Ministério do Trabalho, com vistas a complementar as informações contidas na Nota Técnica n.º 082/2011, de 18 de janeiro de 2011, e diante do objetivo de retratar com maior fidedignidade a realidade do mercado de trabalho formal celetista, passou, a partir da competência de janeiro de 2011, a divulgar duas séries de emprego com base no CAGED.

101. Uma série contempla os ajustes e considera as declarações entregues fora do prazo; a outra desconsidera os ajustes, buscando não interromper a série histórica, amplamente utilizada pelos pesquisadores da área do trabalho.

### Quadro 43 - Flutuação do Emprego Formal com Ajustes - 2021

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
5 - COMERCIO	14	12	2
6 - SERVICOS	6	3	3
8 - AGROPECUARIA	83	78	5
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>93</b>	<b>10</b>

Fonte: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

### Quadro 44 - Ocupações com os Maiores e Menores Saldos - 2021

Ocupações com Maiores Saldos				Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo	CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
641010 - OPERADOR DE MAQUINAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGRICOLAS	25	22	3	621005 - TRABALHADOR AGROPECUARIO EM GERAL	13	16	-3
913115 - MECANICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS AGRICOLAS	3	1	2	642005 - OPERADOR DE COLHEDOR FLORESTAL	4	6	-2
717020 - SERVENTE DE OBRAS	2	0	2	521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	0	2	-2
141115 - GERENTE DE PRODUCAO E OPERACOES AGROPECUARIAS	2	0	2	782510 - MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	5	7	-2
620105 - SUPERVISOR DE EXPLORACAO AGRICOLA	2	0	2	414110 - ARMAZENISTA	1	2	-1

Fonte: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

OBS: Ano 2021 – Base – set/21





### Quadro 45 - Salário Médio de Admissão - 2021

Total das Atividades	
IBGE Setor	Salário Médio de Admissão (R\$)
3 - SERV IND UP	1800,00
5 - COMERCIO	1562,57
6 - SERVICOS	1371,17
8 - AGROPECUARIA	1761,52

Fonte: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php#](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#)

OBS: Ano 2021 – Base – set/21

## 9. COVID-19

### 9.1. Receitas e Despesas – Covid-19

102. Por meio da Lei Complementar nº 173/2020, o Governo Federal estabeleceu o Programa Federativo de Enfretamento ao Coronavírus SARS-CoV (Covid-19), o qual abrange a suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios; reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

103. E ainda, de acordo com a Lei nº 14.041/2020, a União prestará apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza.

104. Por fim, a Lei nº 13.995/2020, dispõe que a União entregará às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do





Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais com os quais estejam contratualizados, auxílio financeiro emergencial no montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com o objetivo de prepará-los para trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população.

105. O Município de Vale de São Domingos, recebeu o montante de R\$ 31.256,12 (trinta e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), para as ações de enfrentamento ao Covid-19 e a mitigação dos efeitos financeiros, conforme quadro a seguir:

**Quadro 46 - Receita Arrecadada Covid - 2021**

	<b>Enfrentamento ao Coronavírus</b>	<b>Mitigação dos Efeitos Financeiros</b>	<b>Total</b>	<b>% do Total/ Receita Corrente</b>
<b>Município de Vale de São Domingos</b>	31.256,12	0,00	31.256,12	0,13%
<b>Média das Receitas Arrecadadas (Covid) dos municípios do Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes</b>	191.549,39	837,20	192.386,59	0,72%
<b>Média Estadual</b>	2.561.135,99	20.940,02	2.582.076,01	2,15%

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-receitas.html> . Atualizado em 27/07/2022

106. Em termos percentuais, quando comparado a Receita Corrente, o Município de Vale de São Domingos, recebeu menos que a média do Grupo 1, e inferior à média estadual.

107. O Município de Vale de São Domingos registrou despesas empenhadas Covid19, no montante de R\$ 72.473,85 (setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos), desse montante 100% foram realizadas como despesa corrente, conforme demonstrado no quadro 47.





#### Quadro 47 – Despesas Empenhada x Liquidada x Paga - Covid-19 - 2021

	Empenhada (a)	Liquidada (b)	Paga (c)
Município de Vale de São Domingos	72.473,85	72.473,85	82.119,25
% Despesa Corrente	100,00%	100,00%	100,00%
% Despesa de Capital	0,00%	0,00%	0,00%
Média das Despesas Realizadas (Covid) dos municípios do Grupo 1 – com população até 5.000 habitantes	385.789,75	375.887,86	387.838,53
% Despesa Corrente	87,48%	87,19%	86,04%
% Despesa de Capital	12,52%	12,81%	13,96%
Média Estadual	3.035.635,98	2.861.871,21	3.159.166,52
% Despesa Corrente	87,45%	88,18%	86,12%
% Despesa de Capital	12,55%	11,82%	13,88%

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>.  
<https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-receitas.html> Atualizado em 27/07/2022

108. O Gráfico 44 demonstra a despesa empenhada por elemento:

#### Gráfico 44 - Despesas Covid-19 por Elemento - 2021



Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>. Atualizado em 27/07/2022

## 9.2. Receita Arrecadada x Despesa Realizada – Covid-19

109. Comparando a receita arrecadada Covid19 com as despesas liquidadas Covid19, no período 2020 a 2021, constata-se que 99,24% do montante arrecadado foi executado.





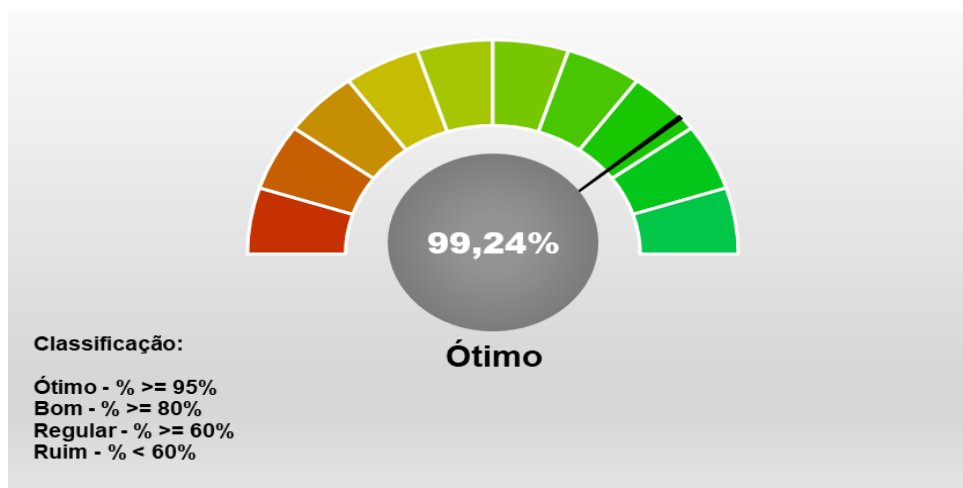
### Quadro 48 - Resultado Orçamentário Covid19 - 2021

	2020	2021
Receita Arrecadada (a)	2.088.887,16	31.256,12
Despesa Liquidada (b)	2.031.654,30	72.473,85
Resultado Orçamentário (c=a-b)	57.232,86	-41.217,73
Receita Total - 2020/2021 (d)	2.120.143,28	
Despesa Liquidada Total - 2020/2021 (e)	2.104.128,15	
Resultado Orçamentário (f=d-e)	16.015,13	
% Execução Orçamentária	99,24%	

Fonte: <https://covid.tce.mt.gov.br/extensions/covid/painel-despesas.html>. Atualizado em 27/07/2022

110. O gráfico 45 demonstra o percentual de execução orçamentária referente a receita arrecadada – Covid19, o município de Vale de São Domingos aplicou 99,24% (noventa e nove inteiros e vinte e quatro centésimos percentuais) do montante arrecadado, ficando acima da média do Grupo 1, 78,93% (setenta e oito inteiros e noventa e três centésimos percentuais), e superior à média estadual, 74,09% (setenta e quatro inteiros e nove centésimos percentuais).

### Gráfico 45 - Percentual de Execução Orçamentária Covid19 – 2020/2021



## 10. Do Relatório Técnico de Auditoria: Secex de Receita e Governo

111. Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo, a Auditores Públicos Externo Iris Conceição Souza da Silva e Gabriel Liberato Lopes, após





a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este Tribunal por meio do sistema APLIC, elaborou o relatório técnico preliminar de auditoria, no qual foram apontadas 3 (três) irregularidades, atribuídas ao Prefeito.

112. Regularmente citado, o senhor Geraldo Martins da Silva, apresentou sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes. Depois de analisada, a equipe concluiu pela permanência de 3 irregularidades, sendo 2 graves e 1 moderada, classificadas nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:

1. **Item 1)** Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000). **DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVE\_08.**

1.1. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo não foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, em desconformidade com o art. 49 da LRF. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

2. **Item 2)** Irregularidade referente à Gestão Fiscal/Financeira, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. **DC99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_MODERADA\_99.**

2.1. Insuficiência financeira para pagamento de restos a pagar, desmembrado nas fontes de recursos ordinários (-R\$ 73.798,52) e receitas de Impostos e transf. impostos – saúde (-R\$ 125.273,46). - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

3. **Item 3).** Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. **AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS\_GRAVE\_99**





3.1. O valor destinado para remuneração e valorização dos profissionais da educação – ensino infantil e fundamental foi de R\$ 2.108.882,51 o que representa 69,27% da receita do Fundeb no exercício analisado, descumprindo o percentual mínimo de 70% estabelecido na legislação. - Tópico - 2. ANÁLISE DA DEFESA

113. A atual autoridade política gestora apresentou alegações finais reforçando os argumentos apresentados em sua defesa.

#### **11. Parecer do Ministério Público de Contas.**

114. O Ministério Público de Contas, por meio dos Pareceres 3.080/2022 e 3.489/2022, do Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas de governo da Prefeitura de Vale de São Domingos, referentes ao exercício de 2021.

115. É o Relatório.

(assinatura digital)

**Conselheiro VALTER ALBANO**

Relator

